



# CURSO DE CAPACITAÇÃO EM ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Solicite agora mesmo seu certificado de **120 Horas** (no link abaixo)

[\[Clique aqui para solicitar certificado\]](#)



Veja um modelo do certificado!





**Somos a maior rede de Cursos Pedagógicos do Brasil. Temos mais de 200 mil alunos matriculados em todo o país!!**

**Nossos Cursos são reconhecidos e aprovados pela ABED, Faculdades, Escolas, Prefeituras e Instituições!**



**Use o Certificado para:**

- ✓ **Evolução Funcional**
- ✓ **Provas de Títulos**
- ✓ **Horas Complementares na Faculdade**
- ✓ **Concursos Públicos**
- ✓ **Processo de Recrutamento e Seleção**
- ✓ **Enriquecer seu Currículo**

## DICAS IMPORTANTES PARA O BOM APROVEITAMENTO

- O objetivo principal é aprender o conteúdo, e não apenas terminar o curso.
- Leia todo o conteúdo com atenção redobrada, não tenha pressa.
- Explore as ilustrações explicativas, pois elas são fundamentais para exemplificar e melhorar o entendimento sobre o conteúdo.
- Quanto mais aprofundar seus conhecimentos mais se diferenciará dos demais alunos dos cursos.
- O aproveitamento que cada aluno tem é o que faz a diferença entre os “alunos certificados” e os “alunos capacitados”.
- A aprendizagem não se faz apenas no momento em que está realizando o curso, mas também durante o dia-a-dia. Ficar atento às coisas que estão à sua volta permite encontrar elementos para reforçar aquilo que foi aprendido.
- Aplique o que está aprendendo. O aprendizado só tem sentido quando é efetivamente colocado em prática





## Sumário

**CURSO DE CAPACITAÇÃO EM ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO** ..... Erro! Indicador não definido.

**BEM-VINDO AO CURSO!**..... Erro! Indicador não definido.

**DICAS IMPORTANTES PARA O BOM APROVEITAMENTO**..... Erro! Indicador não definido.

**MÓDULO I – COMPREENDENDO O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO**..... 6

1. **HISTÓRIA**..... 6

2. **O QUE É ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO**... 7

3. **COMO A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DEFINE O CONCEITO DE AEE** ..... 9

4. **ARTICULAÇÕES ENTRE AS SALAS DE AULA COMUM E O AEE**  
15

**MÓDULO II – DIRETRIZES OPERACIONAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA EDUCAÇÃO BÁSICA**..... 21

5. **O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO-AEE** ... 21

6. **DO PÚBLICO-ALVO** ..... 22

7. **DO FINANCIAMENTO** ..... 22

8. **DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO AEE**..... 23

9. **DA FORMAÇÃO E ATRIBUIÇÕES DO PROFESSOR**..... 24

**MÓDULO III – TIPOS E MÉTODOS DE ENSINO PARA PÚBLICO ALVO DO AEE** ..... 25

10. **ALUNOS COM DEFICIÊNCIA**..... 25

10.1 PARA LIDAR COM A INCLUSÃO EM SALA DE AULA .....	26
10.1.1 EXEMPLO DE INCLUSÃO NA PRÁTICA .....	28
10.2 DEFICIÊNCIA INTELECTUAL .....	29
10.2.1 PRINCIPAIS SINTOMAS .....	29
10.2.2 TRATAMENTO .....	30
10.2.3 PREVENÇÃO.....	30
10.2.4 COMO INCLUIR ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL EM SALA DE AULA.....	31
10.3 DEFICIÊNCIA MENTAL OU SENSORIAL .....	36
10.3.1 IDADE CRONOLÓGICA E OBJETOS DE APRENDIZAGEM...	37
10.3.2 HABILIDADES INTELECTUAIS ALTERNATIVAS E VALORIZAÇÃO DE PAPÉIS SOCIAIS .....	38
10.3.3 A AUTONOMIA COMO META EDUCACIONAL .....	40
10.4 TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO .....	41
10.4.1 DIAGNÓSTICO .....	42
10.4.2 TIPOS DE ATIVIDADES .....	42
10.5 ALUNOS COM AUTISMO/ SUPERDOTAÇÃO .....	43
10.5.1 COMO IDENTIFICAR ALUNOS SUPERDOTADOS .....	43
10.5.2 INDICADORES DE ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO: .....	44
MÓDULO IV – FORMAÇÃO DO PROFESSOR DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO.....	46
11. FORMAÇÃO DOCENTE PARA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	46
12. TRABALHO DO DOCENTE PARA O AEE.....	50
MÓDULO V – LEITURA COMPLEMENTAR.....	60
A INCLUSÃO ESCOLAR ATRAVÉS DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO.....	60
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM ALUNO COM AUTISMO .....	93
REFERÊNCIAS .....	120



## MÓDULO I – COMPREENDENDO O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

### 1. HISTÓRIA

A educação especial brasileira é bem recente, pois foi somente a partir da década de 1950, época de industrialização e urbanização, que surgiram as preocupações da sociedade em relação à educação de modo geral. Já a educação voltada às pessoas com deficiência vai se materializar como preocupação governamental na forma de lei em 1961, quando a Lei de Diretrizes e Bases menciona o ensino dos “excepcionais” nas classes e escolas especiais e refere que esta educação deveria se enquadrar ao máximo na educação geral do país.

Cabe lembrar que as escolas especiais para cegos e a de surdos, respectivamente Imperial Instituto dos Meninos Cegos, hoje chamado Instituto Benjamin Constant e o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, hoje conhecido como Instituto Nacional dos Surdos (INES), foram criados ainda no século XIV, bem antes de o Brasil preocupar-se com questões educacionais. O Instituto Benjamin Constant foi fundado por D. Pedro II em 1854 e o INES em 1857, escolas especiais pioneiras no atendimento de cegos e surdos no país.

Porém, mesmo com a preocupação educacional surgida em meados da década de 1950, o descaso com a educação das pessoas com deficiência permanecia. Em razão disso, surgiram as escolas especiais de cunho filantrópico a maioria delas, a partir da manifestação de pais e profissionais interessados em atender as pessoas excluídas do processo educacional existente.

Foi a partir de 1970 que o governo começa a dar mais respostas em relação à educação dos excluídos, visto que nesse período surgem muitas classes especiais em meio às escolas públicas comuns.

O ensino especializado chamava-se ensino emendativo e posteriormente passou a denominar-se de educação especial. A palavra emenda significava que era preciso consertar o erro, para depois inserir o educando no ensino comum. Portanto, se pensava num ensino voltado à reabilitação desses alunos. Então tinham duas formas de atendimento especializado: por um lado o assistencialismo de entidades filantrópicas como por exemplo as APAES e as Sociedades Pestalozzi e de outro lado o poder público ofertava o ensino através das classes especiais instaladas nas escolas, mas que também eram espaços segregados em meio ao ensino comum.

Foi nesse contexto, em 1970, que surgiram os ideais integracionistas de educação especial. Somente duas décadas depois, em 1990, que vai se pensar em inclusão social. A diferença de um modelo para o outro está basicamente e grosso modo falando, na questão de que no primeiro modelo era o aluno especial que tinha de se preparar para estar no meio dos demais e na inclusão é a escola regular que precisa se reestruturar para conseguir atender as demandas diferenciadas dos alunos especiais, preocupando-se em garantir-lhe o acesso, a permanência e o sucesso escolar.

## **2. O QUE É ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO**

Por muito tempo a Educação Especial organizou seus serviços de forma substitutiva ao ensino comum, ou seja, atuou como um sistema paralelo de ensino. A atual Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, de janeiro de 2008, reafirma o direito de todos os alunos à educação no ensino regular, recebendo, quando necessário, o Atendimento Educacional Especializado.

No final da década de 80, surge o movimento de inclusão, tendo como

base o princípio de igualdade de oportunidades nos sistemas sociais, incluindo a instituição escolar. Esse movimento mundial tem como preceitos o direito de todos os alunos frequentarem a escola regular e a valorização da diversidade, de forma que as diferenças passem a ser parte do estatuto da instituição e todas as formas de construção de aprendizagem sejam consideradas no espaço escolar.

Tratando-se de documentos legais, a Constituição Federal de 1988 assegura o princípio de igualdade, garantindo, em seu Artigo 206, Inciso I, que “o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. Outros documentos nacionais e internacionais asseguram também o princípio de igualdade e o direito de as pessoas com necessidades educacionais especiais frequentarem o ensino regular. Na Unidade B deste módulo, trataremos dos marcos legais nacionais e internacionais relevantes para compreendermos o conceito de Atendimento Educacional Especializado.

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, define a Educação Especial da seguinte forma:

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem comum do ensino regular (Secretaria de Educação Especial, 2008, p.15).

Esse fragmento do texto da Política Nacional evidencia alguns pontos que devem ser destacados. O primeiro deles é que a Educação Especial é uma modalidade de ensino e não um sistema substitutivo de ensino. Portanto, a Educação Especial não deve ser substitutiva ao ensino regular e, sim, complementar e/ou suplementar. Sendo oferecida de forma substitutiva, ela é incompatível com o princípio de igualdade referido acima, porém, sendo ofertada de forma complementar e/ou suplementar, a educação especial não impede que o aluno frequente o ensino regular. Em termos mais simples, quer dizer que não deve



haver sistemas paralelos de ensino especial, como, por exemplo, escolas especiais com séries ou anos funcionando conforme o ensino regular, mas se destinando exclusivamente ao ensino de alunos com necessidades educacionais especiais.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (de janeiro de 2008), afirma que a Educação Especial deve oferecer o Atendimento Educacional Especializado às necessidades educacionais especiais dos alunos com: deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

### **3. COMO A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DEFINE O CONCEITO DE AEE**

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva define o Atendimento Educacional Especializado:

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (Secretaria de Educação Especial, 2008, p.15).

Com base nessa definição, podemos perceber que o AEE é o atendimento oferecido aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, de forma complementar e/ou suplementar ao ensino regular, considerando as necessidades desses alunos. Então, o professor do AEE, dependendo da necessidade de seu aluno, irá organizar atividades e recursos pedagógicos e de acessibilidade a fim de facilitar o processo de

construção de aprendizagem do sujeito É importante salientar, ainda, que as atividades oferecidas pelo AEE não se configura como reforço escolar, uma vez que se diferencia daquelas realizadas na sala de aula do ensino comum, como refere a citação acima. O professor deverá de forma criativa e inovadora buscar atividades e recursos que estimulem o aprendizado do aluno naquelas áreas em que ele encontra maiores dificuldades. Para compreendermos o que são as atividades e recursos do AEE trazemos alguns exemplos:

- **Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS:** “é uma língua visual-espacial articulada através das mãos, das expressões faciais e do corpo. É uma língua natural usada pela comunidade surda brasileira” (QUADROS, 2007, p.19);

- **Código Braille:** “código ou meio de leitura e escrita das pessoas cegas. Baseia-se na combinação de 63 pontos que representam as letras do alfabeto, os números e outros símbolos gráficos” (SÁ; CAMPOS; SILVA, 2007, p.22)

- **Comunicação aumentativa/alternativa:** é “um conjunto de procedimentos técnicos e metodológicos direcionado a pessoas acometidas por alguma doença, deficiência ou alguma outra situação momentânea que impede a comunicação com as demais pessoas por meio dos recursos usualmente utilizados, mais especificamente a fala”. É bom lembrar que a comunicação aumentativa/alternativa não substitui a fala, mas contribui para que a comunicação ocorra (MANZINI; DELIBERATO, 2006, p.4);

- **Ensino da língua portuguesa para surdos:** a língua portuguesa (leitura e escrita) é a segunda língua para os surdos, sendo que a Língua Brasileira de Sinais é a primeira língua;

- **Uso do sorobã:** “instrumento utilizado para trabalhar cálculos e operações matemáticas; espécie de ábaco que contém cinco contas em cada eixo e borracha compressora para deixar as contas fixas” (SÁ; CAMPOS; SILVA, 2007, p.22);

**Enriquecimento curricular;**

## **Produção e adaptação de materiais didáticos e pedagógicos;**

### **Atividades da vida autônoma.**

Esses são alguns exemplos de atividades/recursos que podem ser utilizados no AEE. Evidentemente, o trabalho do professor dependerá da necessidade de seu aluno, conforme dito anteriormente. O professor terá que pensar, caso a caso, qual a melhor forma de trabalhar com o aluno, quais os recursos a serem utilizados para que a construção de sua aprendizagem seja levada a termo. Isso se revelará na singularidade de cada sujeito, no estilo de cognitivo de cada aluno. O importante é o investimento que deve haver tanto do professor do AEE quanto do professor do ensino regular, apostando que todos aprendemos, independentemente das incapacidades que possamos supostamente possuir. Portanto, todos os alunos aprendem, e o professor disponibilizará recursos e estratégias pedagógicas para que seu aprendizado seja facilitado.

A fim de clarificar em que consiste o AEE, nós nos reportaremos aos objetivos desse atendimento que constam no Artigo 2º do Decreto 6.571 de 17 de setembro de 2008:

I- prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular aos alunos referidos no Artigo 1º;

II- garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;

III- fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e

IV- assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis de ensino.

Considerando os princípios até aqui apresentados de que o AEE é complementar e/ou suplementar ao ensino regular e que é, em sua essência, diferenciado desse último, uma vez que não se constitui como reforço escolar, apresentamos uma forma interessante de compreensão desse atendimento:

O Atendimento Educacional Especializado funciona nos moldes similares a outros cursos que complementam os conhecimentos adquiridos nos

níveis de ensino básico e superior, como é o caso dos cursos de línguas, artes, informática e outros. Portanto, esse Atendimento não substitui a escola comum para pessoas em idade de acesso obrigatório ao Ensino Fundamental (dos 7 aos 14 anos) e será preferencialmente oferecido nas escolas comuns do ensino regular. Diferente de outros cursos livres, o Atendimento Educacional Especializado é tão importante que é garantido na Constituição Federal (FÁVERO; PANTOJA; MANTOAN, 2007, p.27).

Dessa forma, o AEE, segundo a ilustração das autoras acima, é complementar, no entanto, é tão importante que, diferentemente de outros cursos complementares, é garantido por lei.

É significativo salientarmos aqui que o AEE é garantido por lei, porém ele não é obrigatório. Não sendo obrigatório, o aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação e sua família poderão optar ou não pelo atendimento. Portanto, o AEE não deve ser “adotado de forma obrigatória ou como condição para o acesso ao ensino comum” (FÁVERO, 2007, p. 20).

O Atendimento Educacional Especializado deve ser oferecido no turno inverso ao do ensino regular para que o aluno não tenha dificultado ou impedido seu acesso ao ensino comum. Esse atendimento deve ser realizado, preferencialmente, na Sala de Recursos Multifuncionais da própria escola ou, caso a escola não tenha a sala e o professor especializado em AEE, pode ser realizado em outra escola do ensino regular ou, ainda, em Centros Educacionais Especializados. Esses centros deverão oferecer o AEE e proporcionar ações para o pleno desenvolvimento das potencialidades sociais, afetivas e intelectuais dos educandos, valorizando e respeitando a diversidade no contexto da educação inclusiva. As escolas especiais, por exemplo, podem se transformar em centros de atendimento educacional especializados.

Conforme Mantoan (2008) as escolas especiais deverão redimensionar seu trabalho uma vez que o ensino especial não é mais substitutivo do ensino regular. Afirma a autora: Esses novos rumos podem levar essas escolas a se

transformarem em centros de atendimento educacional especializado – AEE. Essa transformação, no entanto terá caráter temporário, provisório, porque a tendência é alocar, gradativamente, o AEE nas escolas comuns, como é prescrito nos textos legais referentes à educação em geral e à educação especial (p.29). É

importante que o AEE esteja articulado com as propostas pedagógicas do ensino comum, tendo em vista a relevância desse atendimento que atua de forma complementar e/ou suplementar ao ensino regular. Dessa forma, o AEE deve constar no Projeto Político Pedagógico da escola, sendo uma ação de toda a comunidade escolar e não uma ação isolada do professor especializado. É sempre bom salientar a importância da articulação do trabalho do professor do ensino regular e do professor do AEE, tendo em vista que ambos trabalham com o mesmo aluno. Dessa forma, no

que se refere à organização do Atendimento Educacional Especializado na escola, esse atendimento deverá ser oferecido na Sala de Recursos Multifuncionais (trataremos sobre essa sala no item A.2) que é o espaço físico com recursos e materiais onde o professor do AEE trabalhará com alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Esses alunos devem estar matriculados no ensino regular da escola ou de outra escola regular, frequentando o AEE em turno inverso. A escola deverá ter um

plano de AEE para a identificação das necessidades educacionais especiais dos alunos e para a definição dos recursos e atividades que serão desenvolvidas tendo em vista as especificidades dos alunos. Além do professor do AEE, a escola também poderá contar com outros profissionais da educação como, por exemplo, um tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais para alunos com surdez ou um profissional que auxilie os alunos que necessitem na alimentação, higiene e locomoção. Por fim, podemos enfatizar, em relação à organização do AEE, a importância das redes de apoio:

- a importância da articulação entre o professor do ensino regular e do Atendimento Educacional Especializado, uma vez que o professor do AEE, além de trabalhar com o aluno na sala de recursos, dará o apoio necessário ao professor do ensino regular que possui em sua sala um aluno incluído.

- as parcerias que a escola pode buscar para a realização do AEE. Parcerias com a Secretaria de Educação, Secretaria da Saúde que apoiem o trabalho da escola. Esse apoio poderá se dar através de palestras, assessorias ou cursos, para formação docente, considerando as demandas da escola. Com relação às parcerias, gostaríamos de enfatizar que o professor é parte atuante da equipe interdisciplinar, de forma que, além de receber apoio, esse profissional oferecerá subsídios acerca da prática pedagógica com base em seus saberes a respeito da aprendizagem e da realidade escolar.

- buscar recursos e serviços necessários para garantir a qualidade de ensino para os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Depois de discorrermos acerca da organização do AEE, pensamos ser importante tratar do financiamento desse atendimento.

Os alunos público-alvo da educação especial que estiverem matriculados no ensino regular e matriculados também no Atendimento Educacional Especializado serão contados duplamente no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, ou seja, receberão os recursos em dobro, tendo em vista as duas matrículas. Esses recursos serão distribuídos de acordo com os registros no Censo Escolar MEC/INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) do ano anterior. Assim, um aluno com deficiência mental, por exemplo, que estiver registrado no Censo Escolar com matrícula no ensino regular e também no atendimento educacional especializado, é contabilizado duplamente no FUNDEB no ano seguinte.

#### **4. ARTICULAÇÕES ENTRE AS SALAS DE AULA COMUM E O AEE**

O atendimento educacional especializado foi criado para dar um suporte para os alunos deficientes para facilitar o acesso ao currículo. De acordo com o Decreto nº 6571, de 17 de setembro de 2008:

*Art. 1º A União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na forma deste Decreto, com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular. § 1º Considera-se atendimento educacional especializado o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular. § 2º O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas.*

O AEE é um serviço da Educação Especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. Ele deve ser articulado com a proposta da escola regular, embora suas atividades se diferenciem das realizadas em salas de aula de ensino comum. (MEC, 2009).

Deve ser realizado no período inverso ao da classe frequentada pelo aluno e preferencialmente, na própria escola. Há ainda a possibilidade de esse atendimento acontecer em uma escola próxima.

Nas escolas de ensino regular o AEE deve acontecer em salas de recursos multifuncionais que é um espaço organizado com materiais didáticos,

pedagógicos, equipamentos e profissionais com formação para o atendimento às necessidades educacionais especiais, projetadas para oferecer suporte necessário à estes alunos, favorecendo seu acesso ao conhecimento. (MEC, 2007). O atendimento educacional especializado é muito importante para os avanços na aprendizagem do aluno com deficiências na sala de ensino regular. Os professores destas salas devem atuar de forma colaborativa com o professor da classe comum para a definição de estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso ao aluno ao currículo e a sua interação no grupo, entre outras ações que promovam a educação inclusiva. Quanto mais o AEE acontecer nas escolas regulares nas que os alunos com deficiências estejam matriculados mais trará benefícios para esses, o que contribuirá para a inclusão, evitando atos discriminatórios.

### **Relatos de professoras sobre AEE em três escolas de São João de Meriti.**

#### **Sala de Recursos da E. M. Barão do Rio Branco.**

A Sala de Recursos da escola na qual trabalho atende alunos com deficiência auditiva, deficiência intelectual, deficiência física e baixa visão. O atendimento é feito em pequenos grupos, com a finalidade de desenvolver ao máximo as potencialidades dos alunos com vistas a uma melhor integração pessoal, social, valorizando seu conhecimento prévio, utilizando material pedagógico conforme as necessidades, o interesse e a idade do aluno, de modo a facilitar o acesso deste aluno ao currículo desenvolvido nos diferentes anos.

O atendimento tem como objetivos:

Trabalhar as reais necessidades dos alunos, respeitando os ritmos e estilos diversos de aprendizagem, facilitando o processo de inclusão.

Desenvolver a autonomia dos alunos facilitando a aquisição de seus sistemas de valores;

Favorecer a compreensão de conhecimentos relacionados a aplicação de



situações de vida; Contribuir  
para o desenvolvimento das potencialidades de cada aluno; Desenvolver  
o auto conhecimento na expressão das emoções; Favorecer o  
desenvolvimento de habilidades inter e intrapessoais, disponibilidade  
permanente para aprender, desejo de vir a ser livre e feliz, facilitando a  
caminhada ao saber. Contribuir para que  
o aluno construa gradualmente os seus conhecimentos, pelos processos de  
avanços e recuos inerentes ao seu próprio ritmo, evoluindo a cada passo.

As atividades nesta sala têm uma  
dinâmica de trabalho condizente com as potencialidades e necessidades dos  
alunos e dos recursos a serem adaptados, utilizando materiais diversificados tais  
como jogos pedagógicos, pranchas de comunicação, computador, massinha,  
cola colorida, recorte, colagem, tinta guache, gibis, livros de histórias, argila,  
bola, corda, lápis mais grosso, papel A3, revistas, jornais, DVD, cd, entre  
outros. Todas as atividades são realizadas de acordo com os temas do projeto  
da escola.

Nos grupos de estudos e conselhos de classe  
realizados na escola a cada bimestre temos um espaço onde oriento aos  
professores sobre como realizar um trabalho que favoreça a aprendizagem desse  
aluno e sua inclusão em sala de aula.

As famílias têm reuniões bimestrais onde participam de palestras,  
recebem orientações e incentivo, com o intuito de que estas apoiem o  
desenvolvimento de seus filhos.

Recebemos apoio do CIME (Centro Inclusivo Multi Educacional) que é  
composto por pedagogos, fonoaudiólogos, psicólogos, fisioterapeutas que  
avaliam os alunos e dão orientações para o trabalho com o mesmo. Também a  
cada bimestre o CIME organiza reuniões onde são ministradas palestras com  
temas relacionados à Educação Especial para os professores que trabalham em  
Sala de Recursos.

Observo que tenho conseguido que eles desenvolvam bastante, apesar da  
ausência de materiais mais específicos para cada deficiência, pouco apoio da

família e falta de intérprete de Libras, o que seria muito útil para o trabalho com os alunos com deficiência auditiva.

### **Sala de Recursos da E. M. Especial Professora Maria Azevedo Catarino.**

O Atendimento Educacional Especializado é de suma importância, pois favorece a peculiaridade de cada aluno principalmente dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Acredito nessa proposta, pois ao trabalhar com alunos autistas pude perceber a importância do AEE na evolução desses alunos enquanto desenvolvemos objetivos voltados para sanar a tríade do autismo composta de aspectos específicos como: dificuldade de comunicação, dificuldade de integração e interesse restrito.

O Atendimento Educacional Especializado é uma forma de propiciar oportunidades para inclusão sendo um espaço de transição para aquisição de hábitos e atitudes facilitando a convivência social numa classe especial ou regular de ensino.

Ao iniciar o trabalho com alunos autistas tive a oportunidade de receber crianças na faixa etária de quatro anos apresentando quadro de choro intenso e dificuldades de adaptação, movimentação de um lado para outro, dificuldades para se sentarem, dificuldades para estabelecerem contato visual e no estabelecimento de formas de comunicação.

Hoje, depois das intervenções pedagógicas realizadas e respaldadas em conhecimentos adquiridos através de palestras, cursos, capacitações, trocas de experiências com outros profissionais e, experiências próprias anteriores, os alunos já conseguem realizar a rotina diária da escola de entrar na sala de aula, sentar, estabelecer contato visual, fazer tentativas de comunicação verbal e realizar as atividades propostas pela professora tais como: jogos pedagógicos, desenhar, pintar, manipular massinha e participar de projetos realizados na escola visando à socialização. Todo trabalho desenvolvido partiu de atividades

de vida diária, uso de pranchas de comunicação alternativa de acordo com o interesse de cada aluno.

Ao realizar este trabalho encontro dificuldades, de um espaço físico para trabalhar dignamente, mobiliário adequado, principalmente com alunos da educação infantil, computadores disponíveis para uso dos alunos junto ao professor e recursos pedagógicos que propiciem atividades diferenciadas e de utilidade para a vida do aluno.

No que se refere ao processo de inclusão destes alunos, acredito no AEE para alcançar este objetivo, mas percebo a necessidade de que os alunos jovens possam se beneficiar também com o trabalho de oficinas pedagógicas funcionais, salas de convivência e oficinas profissionalizantes para favorecer a entrada no mercado de trabalho.

### **Sala de Recursos da Escola Municipal Padre Paul Jean Guerry.**

A prática no AEE é diversificada, de acordo com a clientela. Atuo com alunos que apresentam as deficiências mentais e auditivas e alunos com Déficit de Atenção.

São realizadas atividades em grupos, determinados pelas suas necessidades individuais. De que forma? Escolhido dentro do planejamento um tema gerador, desenvolvo atividades iguais ou semelhantes, visando a coordenação motora, percepção visual, o assunto do planejamento, a autonomia, a socialização, a interação no grupo.

Inicialmente é feito um diagnóstico de cada aluno junto à equipe do CIME (Centro Inclusivo Multi Educacional), que é a equipe responsável pelos alunos com necessidades educacionais especiais, e a partir desse momento traçamos atividades para alcançar as potencialidades dos alunos e desenvolvê-las da melhor maneira possível.

Com os alunos com deficiência auditiva é trabalhada a linguagem de Sinais, LIBRAS com atividades direcionadas para alfabetização, sinalização da

sala em Língua Portuguesa e Libras; atividades de situações problemas, cálculos matemáticos e números.

A autonomia é muito valorizada durante os atendimentos, dentro e fora da sala. São realizadas atividades com outras turmas, as quais visitamos anteriormente e explicamos o porque da sala de APEE (atendimento paralelo educacional especializado), o que fazemos lá, qual é a clientela, etc. retirando assim apelidos e rótulos dos alunos. Feito isso os alunos da turma de APEE, se sentem a vontade para transitar e participar das atividades na Unidade Escolar; e os alunos das classes regulares também frequentam a nossa sala.

Já foi realizado também atendimento domiciliar: uma vez na semana o aluno me recebia, para realizar atividades propostas através de planejamento da turma onde ele estava matriculado. Foram realizadas atividades que a professora da turma regular enviava e outras elaboradas por mim. Esse aluno tinha Síndrome de Legg Calvé perthes, onde geralmente é afetada a parte do quadril e pernas.

Há alunos também adolescentes que além de estarem na fase da “crise de identidade”, algumas vezes deixam que esse emocional abalado e a baixa autoestima dificultem o trabalho. Sendo assim, existe sempre um trabalho direcionado ao diálogo e compreensão dessas fases emocionais do aluno.

A participação da família é frequente e graças a isso também, os alunos vêm progredindo, e acredito que contribuo muito para o desenvolvimento de cada potencialidade, apostando sempre nas habilidades dos alunos.



## **MÓDULO II – DIRETRIZES OPERACIONAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

### **5. O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO-AEE**

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular. Os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, os com transtornos globais do desenvolvimento e os com altas habilidades/superdotação nas escolas comuns do ensino regular e ofertar o atendimento educacional especializado – AEE, promovendo o acesso e as condições para uma educação de qualidade.

O atendimento educacional especializado - AEE tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.

Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.

Consideram-se serviços e recursos da educação especial àqueles que asseguram condições de acesso ao currículo por meio da promoção da acessibilidade aos materiais didáticos, aos espaços e equipamentos, aos sistemas de comunicação e informação e ao conjunto das atividades escolares.

Para o atendimento às necessidades específicas relacionadas às altas habilidades/superdotação são desenvolvidas atividades de enriquecimento curricular nas escolas de ensino regular em articulação com as instituições de educação superior, profissional e tecnológica, de pesquisa, de artes, de esportes, entre outros.

Nos casos de escolarização em classe hospitalar ou em ambiente domiciliar, o AEE é ofertado aos alunos público-alvo da educação especial, de forma complementar ou suplementar.

O AEE é realizado, prioritariamente, na Sala de Recursos Multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, podendo ser realizado, também, em centro de atendimento educacional especializado público ou privado sem fins lucrativos, conveniado com a Secretaria de Educação.

## **6. DO PÚBLICO-ALVO**

Considera-se público-alvo do AEE:

**a.** Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

**b.** Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.

**c.** Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

## **7. DO FINANCIAMENTO**

De acordo com o Decreto n. 6.571/08, os alunos público alvo da educação especial serão contabilizados duplamente no FUNDEB, quando tiverem matrícula em classe comum de ensino regular da rede pública e matrícula no atendimento educacional especializado - AEE, conforme registro no Censo escolar/ MEC/INEP do ano anterior. Dessa forma, são contempladas:

- a.** Matrícula na classe comum e na sala de recursos multifuncional da mesma escola pública;
- b.** Matrícula na classe comum e na sala de recursos multifuncional de outra escola pública;
- c.** Matrícula na classe comum e no centro de atendimento educacional especializado público;
- d.** Matrícula na classe comum e no centro de atendimento educacional especializado privado sem fins lucrativos.

## **8. DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO AEE**

A oferta do atendimento educacional especializado - AEE deve constar no Projeto Pedagógico da escola de ensino regular, prevendo na sua organização:

- a.** Sala de recursos multifuncional: espaço físico, mobiliários, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos;
- b.** Matrícula do aluno no AEE: condicionada à matrícula no ensino regular da própria escola ou de outra escola;
- c.** Plano do AEE: identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas; cronograma de atendimento dos alunos;
- d.** Professor para o exercício da docência do AEE;
- e.** Profissionais da educação: tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e outros que atuam no apoio às atividades de alimentação, higiene e locomoção.

**f.** Articulação entre professores do AEE e os do ensino comum.

**g.** Redes de apoio: no âmbito da atuação intersetorial, da formação docente, do acesso a recursos, serviços e equipamentos, entre outros que contribuam para a realização do AEE.

A oferta do atendimento educacional especializado - AEE, no centro de atendimento educacional especializado público ou privado sem fins lucrativos conveniado para essa finalidade, deve constar no projeto pedagógico do centro, contemplando na sua organização os recursos, o plano de AEE, os professores e demais profissionais, conforme orientação da Secretaria de Educação.

Os centros de atendimento educacional especializados devem cumprir as normativas estabelecidas pelo Conselho de Educação do respectivo sistema de ensino, quanto a sua autorização de funcionamento, em consonância com as orientações preconizadas nestas Diretrizes.

## **9. DA FORMAÇÃO E ATRIBUIÇÕES DO PROFESSOR**

Para atuação no AEE, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica na educação especial, inicial ou continuada. São atribuições do professor do atendimento educacional especializado:

**a.** Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da educação especial;

**b.** Elaborar e executar plano de atendimento educacional especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;

**c.** Organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncional;



**d.** Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;

**e.** Estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;

**f.** Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;

**g.** Ensinar e usar recursos de Tecnologia Assistiva, tais como: as tecnologias da informação e comunicação, a comunicação alternativa e aumentativa, a informática acessível, o soroban, os recursos ópticos e não ópticos, os softwares específicos, os códigos e linguagens, as atividades de orientação e mobilidade entre outros; de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia, atividade e participação.

**h.** Estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando a disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares.

**i.** Promover atividades e espaços de participação da família e a interface com os serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros.



## MÓDULO III – TIPOS E METÓDOS DE ENSINO PARA PÚBLICO ALVO DO AEE

### 10. ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

Aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

No Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 45.606.048 brasileiros, 23,9% da população total, têm algum tipo de deficiência – visual, auditiva, motora e mental ou intelectual. A prevalência da deficiência variou de acordo com a natureza delas. A deficiência visual apresentou a maior ocorrência, afetando 18,6% da população brasileira. Em segundo lugar está a deficiência motora, ocorrendo em 7% da população, seguida da deficiência auditiva, em 5,10% e da deficiência mental ou intelectual, em 1,40%.<sup>1</sup>

Os dados estão presentes na Cartilha do Censo 2010 Pessoas com Deficiência, lançada em 2012 pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. As deficiências podem ter origem genética, surgir no período de gestação, em decorrência do parto ou nos primeiros dias de vida do bebê. Podem ainda ser consequência de doenças transmissíveis ou crônicas, perturbações psiquiátricas, desnutrição, abusos de drogas, traumas e lesões.<sup>2</sup>

## **10.1 PARA LIDAR COM A INCLUSÃO EM SAL DE AULA**

Primeiramente, é importante que a escola defina o seu papel e suas possibilidades perante as inclusões, estabelecendo quais são suas condições em relação à forma de ensinar e atender cada criança e suas necessidades.

---

<sup>1</sup> Cartilha do censo 2010 pessoas com deficiência

<sup>2</sup> Cartilha do censo 2010 pessoas com deficiência

Aos professores cabe fazer a diferença e aprender a lidar com estas novas situações para conseguir acompanhar o desenvolvimento dos alunos e certificar-se de que eles estejam evoluindo em todos os seus aspectos, dentro de suas possibilidades e limitações, e assim contribuir para as suas aprendizagens e também os preparando para a vida.

Claro que nem sempre é fácil. Todos os alunos já demandam atenção individualizada e trazem muitos desafios com a facilidade de que, em grande parte dos casos, são situações e problemas com os quais os professores têm maior familiaridade para lidar. Agregar a essa realidade a novas “situações-problema”, agravadas pelo fato da falta de familiarização com as situações e demandas que elas exigem, sem dúvida é motivo de inquietação para os Educadores. É comum vermos professores adoecendo emocionalmente e fisicamente por conta destes conflitos.

Os cursos superiores e profissionalizantes nem sempre garantem noções de como lidar com a inclusão. Por isso, faz-se necessária a ajuda externa de especialistas que mediquem e atendam tanto os alunos quanto os educadores.

Para que a educação inclusiva seja efetiva é necessário um trabalho de dedicação e que envolva Escola, Educadores, Equipe multidisciplinar e a família. E o professor, assim como com todos os seus alunos, deve fazer a diferença positiva.

Dentro de suas propostas, individualmente ou em grupo, busque o que cada um é capaz de fazer por si e pelo outro. Informe-se e não tenha receio de um diálogo franco e aberto com as famílias e com as Escolas.

As soluções sempre envolvem o trabalho em equipe. Conheça suas limitações para poder vencê-las. Busque auxílio e trabalhe com a consciência de que toda criança é incluída de alguma maneira, seja por ter maior ou menor facilidade, mais ou menos habilidade e ser mais ou menos capaz nas diferentes áreas. E para enfrentar momentos que fogem da rotina, o caminho é compreender que as crianças têm características específicas e

procurar conhecer para lidar da melhor e mais construtiva maneira possível com cada uma delas.

O trabalho de inclusão implica em projeto de estruturação progressiva e mudança significativa. Por essa razão nossas ações de hoje dificilmente irão resolver os arraigados princípios que delimitam a inclusão, mas certamente podem contribuir e propiciar momentos em sala de aula que despertam para as melhorias e conquistas dessa problemática, a fim de chegar à verdadeira inclusão social e pedagógica.

### **10.1.1 EXEMPLO DE INCLUSÃO NA PRÁTICA**

O Instituto Rodrigo Mendes é uma organização sem fins lucrativos que foi criada em 1994, cuja proposta é a construção de uma sociedade inclusiva por meio da educação e da arte.

O Instituto trabalha com a formação de educadores, promovendo experiências interessantes para que eles conheçam meios de trabalhar com algo que a maioria ainda não sabe: a inclusão de alunos com necessidades diferenciadas.

O Instituto criou o “Projeto Diversa” que, segundo Rodrigo Mendes, é “Fonte de referência sobre educação inclusiva a partir de soluções criadas e implementadas pela comunidade escolar”.

Em depoimento, o psicólogo especialista em inclusão, Augusto Dutra Cury, afirmou que as propostas do Instituto para a prática da Escola na qual atua contribuíram significativamente, não só para as práticas dos professores, mas também para a comunicação dos alunos. “Uma das estratégias que acho mais interessantes no projeto de proposta de inclusão são as rodas de conversa, em que os alunos têm a chance de conversar um com o outro sobre suas dificuldades de convivência. E isso é importante porque se eu posso expressar, não se torna preconceito depois, o que gera uma naturalidade maior para lidar com a diferença.”, diz o psicólogo.

## **10.2 DEFICIÊNCIA INTELECTUAL**

O Transtorno do Desenvolvimento Intelectual ou Deficiência Intelectual já foi conhecida por outras denominações, como por exemplo, idiotia e retardo mental. É caracterizado por limitações nas habilidades mentais gerais. Essas habilidades estão ligadas à inteligência, atividades que envolvem raciocínio, resolução de problemas e planejamento, entre outras. A inteligência é avaliada por meio do Quociente de Inteligência (QI) obtido por testes padronizados. O resultado de uma pessoa com Transtorno de Desenvolvimento Intelectual nessa avaliação situa-se em 75 ou menos. A prevalência é maior no sexo masculino, tanto nas populações de adultos quanto de crianças e adolescentes. As taxas variam conforme a renda. A maior prevalência ocorre em países de baixa e média renda onde as taxas são quase duas vezes maiores que nos países de alta renda.

### **10.2.1 PRINCIPAIS SINTOMAS**

Caracteriza-se por importantes limitações, tanto no funcionamento intelectual quanto no comportamento adaptativo, expresso nas habilidades conceituais, sociais e práticas. Indivíduos com Deficiência Intelectual apresentam funcionamento intelectual significativamente inferior à média. Possuem limitações significativas em pelo menos duas das seguintes áreas de habilidades:

- Aprendizagem e autogestão em situações da vida, como cuidados pessoais, responsabilidades profissionais, controle do dinheiro, recreação, controle do próprio comportamento e organização em tarefas escolares e profissionais.
- Comunicação

- Habilidades ligadas à linguagem, leitura, escrita, matemática, raciocínio, conhecimento, memória
- Habilidades sociais/interpessoais (habilidades ligadas à consciência das experiências alheias, empatia, habilidades com amigos, julgamento social e autorregulação)

A pessoa com Deficiência Intelectual tem dificuldade para aprender, entender e realizar atividades comuns para as outras pessoas. Muitas vezes, essa pessoa se comporta como se tivesse menos idade do que realmente tem.

### **10.2.2 TRATAMENTO**

A Deficiência Intelectual não é uma doença, e sim uma limitação. A pessoa com Deficiência Intelectual deve receber acompanhamento médico e estímulos, através de trabalhos terapêuticos com psicólogos, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais. As limitações podem ser superadas por meio da estimulação sistemática do desenvolvimento, adequações em situações pessoais, escolares, profissionais e sociais, além de oportunidades de inclusão social.

Instituições como a APAE (realizam trabalhos eficientes no sentido de promover o diagnóstico, a prevenção e a inclusão da pessoa com Deficiência Intelectual.

### **10.2.3 PREVENÇÃO**

A chance de uma criança desenvolver Deficiência Intelectual depende de diversos fatores relacionados à genética, acompanhamento da gestação, saúde da mãe durante a gravidez, ambiente familiar saudável na infância e adolescência, entre outros.

Alguns cuidados devem ser tomados, para evitar ou minimizar as consequências da Deficiência Intelectual na vida da pessoa:

- Procurar aconselhamento genético, antes de engravidar, quando houver casos de deficiência intelectual na família, casamentos entre parentes ou idade materna avançada (maior que 35 anos).
- Fazer um acompanhamento pré-natal adequado para investigar possíveis infecções ou problemas maternos que podem ser tratados antes que ocorram danos ao feto.
- Manter uma alimentação saudável durante a gestação e evitar uso de bebidas alcoólicas, tabaco e outras drogas.
- Realizar o Teste do Pezinho – que é obrigatório no Brasil – assim que o bebê nascer. Esse teste é a maneira mais efetiva de detectar a fenilcetonúria e o hipotireoidismo congênito, que se não forem devidamente tratados podem levar à Deficiência Intelectual.
- Seguir recomendações de vacinas.
- Oferecer ao bebê alimentação adequada e ambiente familiar saudável e estimulador, além de cuidados para tentar evitar acidentes na infância.
- Procurar um médico caso note algum problema no desenvolvimento e/ou crescimento da criança.

#### **10.2.4 COMO INCLUIR ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL EM SALA DE AULA**

Trabalho principalmente com alunos que apresentam deficiência intelectual e déficit de aprendizagem e se encontram matriculados na rede comum de ensino em duas situações : uma em atendimentos de sala de recursos e outra em atendimentos de Psicopedagogia -Educação Especializada.

Mediante as situações oferecidas em sala de aula, para que o conteúdo torne-se mais claro e acessível há a necessidade de alguns ajustes para favorecer a compreensão e apreensão do assunto trazido, favorecendo a formação da

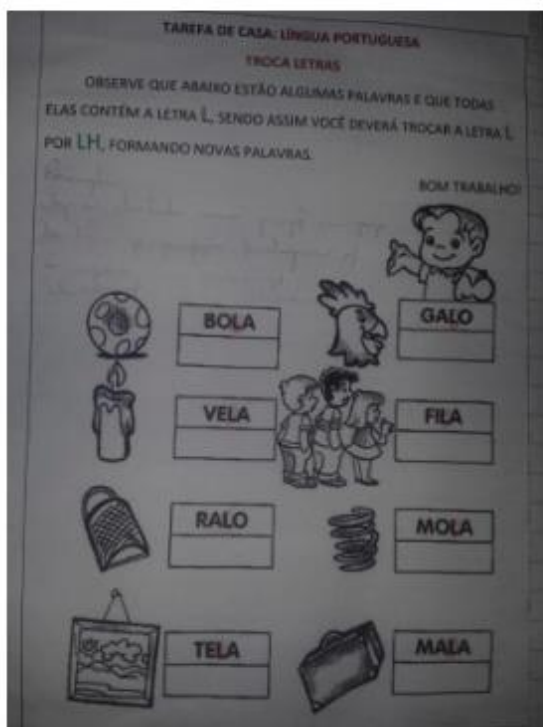
imagem mental tão necessária para alunos com deficiência intelectual. Assim o uso da comunicação alternativa torna-se excelente ferramenta para viabilizar este acesso e compreensão das atividades, bem como das preferências e escolhas por determinados temas ou personagens, principalmente quando trabalhamos com alunos que apresentam TEA (Autismo).

Envio assim algumas experiências realizadas em intervenções:

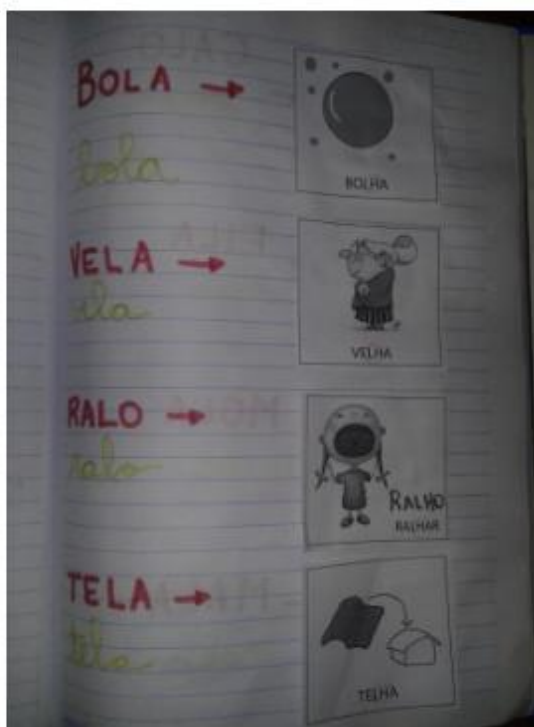
### Atividade 1: Proposta do professor da rede comum-acrescentar a letra “H” nas palavras para ver nova formação

Nesta atividade o aluno atendido ainda apresenta-se em nível de escrita silábico alfabético e se beneficiou deste ajuste na atividade, que seria apenas de escrita à alunos que encontram-se em nível mais avançado. Pela defasagem cognitiva, a mera substituição não faria sentido, nesse caso foi oferecido repertório de imagem visual para compreensão do significado da nova palavra.

Ao invés disso:



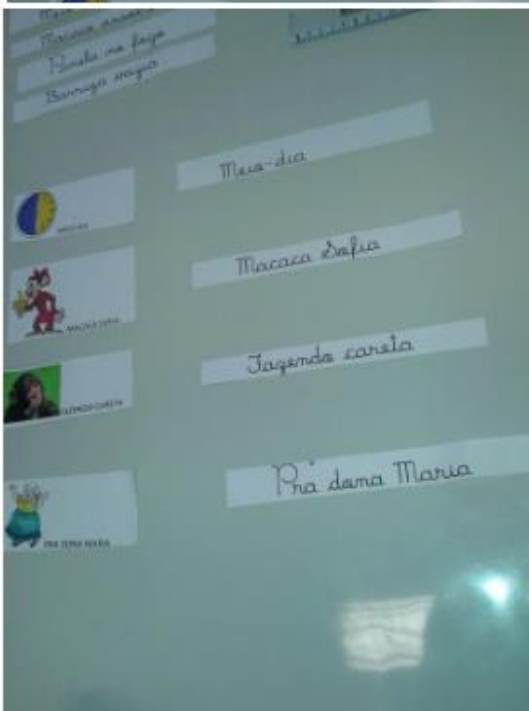
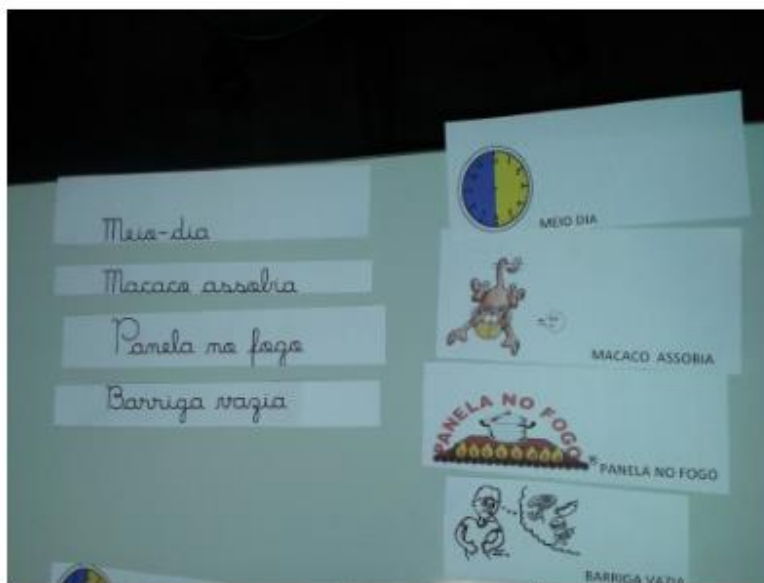
Elaboramos isso:





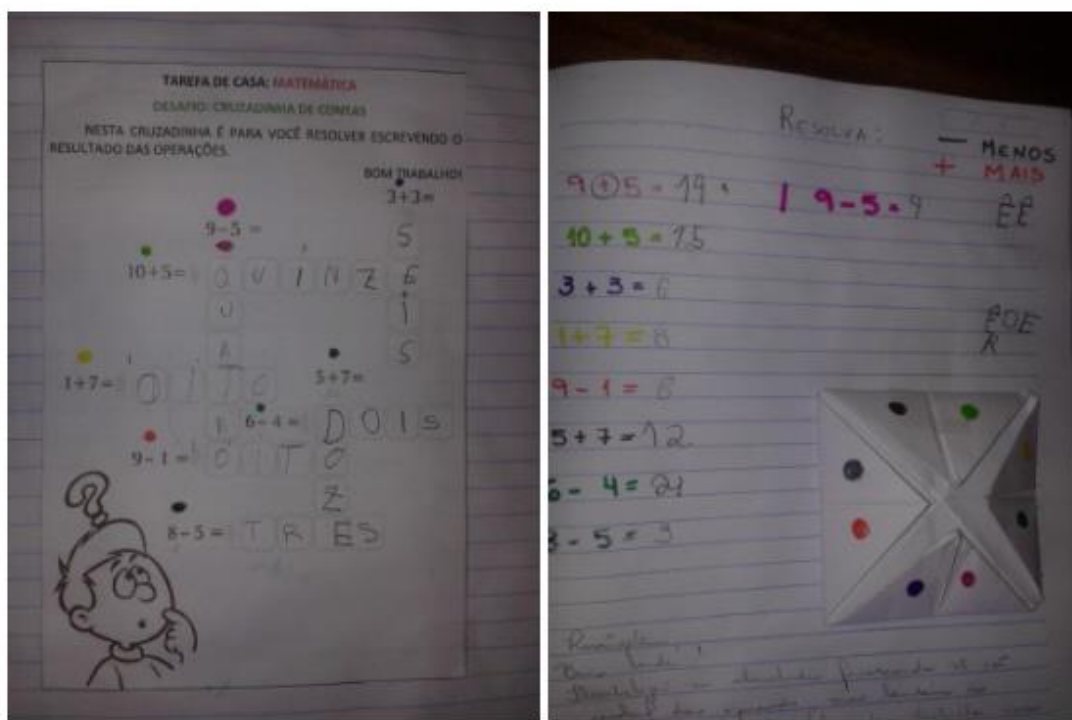
## Atividade 2: Adequação de parlendas

Nesta situação a apresentação da parlenda através da comunicação alternativa favoreceu a compreensão da frase e possibilitou a memorização, aspectos de leitura intuitiva, sequência e ordenação, ampliando sucesso na escrita via memória, requisito exigido na série cursada pelo aluno.



### Atividade 3: Brincando para resolver operações

Esta atividade torna-se mais interessante com o ajuste de uma brincadeira antiga usada pelas meninas na escola. Modifica a resolução simples das operações, que era complicada para o nível de aprendizagem da aluna, onde a partir do emprego de cores nas operações a atividade se ajusta na busca da respectivas cores, no convite à resolução com apoio concreto da operação e finaliza com a confirmação da resposta da operação acompanhada da resposta por extenso a completar a cruzadinha, estimulando assim a leitura e ajuste justificado da escrita.



### Atividade 4: Formação de palavras

A proposta pode ser a partir de formação aleatória como no caso do boliche, onde as peças que caem através do lance da bola são registradas para obter a formação da palavra ou o caso de atividade dirigida estimular o cumprimento da tarefa de casa que propõe junção de sílabas para tal formação,

viabilizando-as através do desfile das “Pollys” , brinquedo de interesse da criança atendida.





### 10.3 DEFICIÊNCIA MENTAL OU SENSORIAL

A última revisão da definição de deficiência mental da AAMR, bastante recente (Luckasson *et alii*, 1994), propõe que se abandonem os graus de comprometimento intelectual, pela graduação de medidas de apoio necessárias às pessoas com defictis cognitivos e destaca o processo interativo entre as limitações funcionais próprias dos indivíduos e as possibilidades adaptativas que lhes são disponíveis em seus ambientes de vida. Essa nova concepção da deficiência mental implica em transformações importantes no plano de serviços e chama a atenção para as habilidades adaptativas, considerando-as como um

ajustamento entre as capacidades dos indivíduos e as estruturas e expectativas do meio em que vivem, aprendem, trabalham e se aprazem.

A identificação dos perfis de apoio começam a levar em conta não apenas os tipos e a intensidade dos apoios, mas os meios pelos quais a pessoa pode aumentar a sua independência, produtividade e integração no contexto comunitário e entre seus pares da mesma idade.

A evolução dos conceitos de incapacidade e inadaptação, em que esta última é resultante da interação entre os hábitos de vida da pessoa e os obstáculos impostos pelo meio, poderá estender-se e alcançar o espaço das escolas e eliminar ou reduzir esses obstáculos do ponto de vista cognitivo. De fato, assim como o meio físico e a arquitetura das escolas não foram planejados para acolher alunos em cadeiras de rodas, o ambiente cognitivo das escolas não está, no geral, preparado para o ensino de pessoas com deficiência mental integradas às normais.

O reconhecimento do papel dos fatores ambientais e dos que são internos aos indivíduos no processo interativo de produção de inaptações expressa-se em todas as inovações conceituais citadas.

As características do indivíduo foram durante muito tempo a única meta das intervenções educativas, mas, hoje, nenhum modelo educativo pode ignorar as características do funcionamento das pessoas que apresentam incapacidades intelectuais, sem considerar a interação destas com o meio.

### **10.3.1 IDADE CRONOLÓGICA E OBJETS DE APRENDIZAGEM**

A idade mental foi sempre privilegiada nas práticas pedagógicas e nas pesquisas sobre a deficiência mental. Nas escolas e classes especiais, ou mesmo no contexto da integração escolar de pessoas com déficits mentais, as aprendizagens são raramente abordadas conforme o que é próprio da idade cronológica normal. De certo que além da possibilidade de realizar atividades

sociais adequadas, é preciso garantir aos alunos com deficiência o acesso a degraus de autonomia e a representação de papéis próprios de sua idade real (Brown *et al.* 1979).

A opção pela idade mental à cronológica contradiz-se com a representação de papéis sociais correspondentes à idade, gênero e cultura e tem como consequência a perda de toda significação social das aprendizagens. Em cada faixa etária os conhecimentos possuem um sentido e são utilizados para fins distintos, que se complementam e se ampliam. A comunicação escrita, por exemplo, que constitui um tipo de conhecimento básico, adquire significados diferentes, conforme a idade dos aprendizes e, assim sendo, ensinar e aprender a ler e a escrever para um adolescente com deficiência e para uma criança normal, mais nova, não são situações similares, a não ser que se reduza o conhecimento ao domínio de técnicas e à automação de respostas.

Por outro lado, privilegiar a idade mental no desenvolvimento de habilidades de vida prática e na aquisição de conhecimentos acadêmicos pode retardar de tal maneira essas aprendizagens, que elas não seriam mais úteis para a independência do sujeito na sua idade real.

### **10.3.2 HABILIDADES INTELLECTUAIS ALTERNATIVAS E VALORIZAÇÃO DE PAPÉIS SOCIAIS**

Nas escolas e classes especiais, ou mesmo no contexto da integração escolar de pessoas com déficits mentais, as aprendizagens são raramente abordadas conforme o que é próprio da idade cronológica normal.

A valorização dos papéis sociais compreende o desenvolvimento de habilidades pessoais e o aprimoramento da imagem social. Não é comum à educação das pessoas com deficiência mental adaptar o objeto de aprendizagem às características do funcionamento mental que são próprias desses alunos. Eles devem corresponder, como as pessoas normais de sua idade, às expectativas da escola, ou seja, de um meio cognitivo que não está previsto para eles e, muitas

vezes, nem mesmo para seus pares, sem deficiências. Esta situação redundante, então, em fracasso escolar e traz consequências sobre a imagem social e a autoestima dos educandos em geral e, principalmente, para os que apresentam déficits intelectuais.

A pesquisa pedagógica deverá empenhar-se no sentido de promover a autonomia das pessoas com deficiência mental, o que supõe o uso de habilidades intelectuais alternativas, ou seja, comportamentos que são compatíveis com a capacidade intelectual de cada sujeito, em um dado momento e perante um determinado conteúdo.

Não se trata de selecionar habilidades intelectuais dentre aquelas que são comuns às que as pessoas empregam para se ajustar aos desafios da vida acadêmica, social, do trabalho e do lazer. O que importa é valorizar todo e qualquer nível de desempenho cognitivo e considerar o processo pelo qual a habilidade é exercida, para atingir a um determinado fim.

Imaginar o número de obstáculos que os indivíduos com incapacidades motoras encontram nos edifícios, onde tudo é concebido para as pessoas que andam, é uma maneira de perceber-se a extensão dos problemas de uma pessoa com deficiência mental no meio escolar tradicional.

A revisão dos processos de produção de incapacidades intelectuais nas escolas deve ser priorizada, para localizar-se mais precisamente quais são os obstáculos que criam situações de inadaptação na vida acadêmica dos alunos em geral.

Novas metodologias e técnicas de ensino que propiciam uma dinâmica mais adequada dos ambientes escolares às características do funcionamento mental das pessoas com deficiência estão sendo testadas para ultrapassar-se os obstáculos do meio cognitivo. Sabemos também quanto essas novas propostas integrativas têm sido apropriadas para todos os alunos de uma turma e não apenas para os escolares com deficiência mental (Feuerstein, 1979,1980 ; Sternberg, 1982 ; Audy, 1991).

O uso de habilidades intelectuais alternativas decorre do desenvolvimento da eficiência cognitiva das pessoas com deficiência mental.

Os procedimentos utilizados para estimular essa eficiência têm por base a teoria da modificabilidade estrutural de Feuerstein (1979), que empregou esta expressão para designar a modificação permanente que se opera no indivíduo, quando participa de experiências de aprendizagem mediatizada. Traduz-se por um modo diferente de apreender a realidade, de estruturá-la e de interagir nela, que é de grande valia para que as pessoas com deficiência mental possam desempenhar papéis sociais, integrando-se, na medida de suas possibilidades, ao meio em que vivem.

### **10.3.3 A AUTONOMIA COMO META EDUCACIONAL**

O interesse pela adaptação ao meio e a valorização dos papéis sociais, presentes na maioria das propostas educativas atuais, decorrem da autonomia, como finalidade da educação de pessoas com deficiência.

A valorização dos papéis supõe não apenas a igualdade de oportunidades, mas a igualdade de valor entre as pessoas e, em consequência, o desenvolvimento de habilidades, talentos pessoais, papéis sociais, compatíveis com o contexto de vida, a cultura, a idade e o gênero.

A inserção de pessoas com déficits intelectuais torna-se virtualmente impossível, quando não lhes permitimos desenvolver os instrumentos necessários para adaptarem-se às condições ambientais, que mudam constantemente. Uma boa adaptação repousa sobre a faculdade de utilizar as aquisições intelectuais em diversas situações que apresentam características similares. Estudos sobre a dimensão microgenética das organizações cognitivas, por exemplo, têm trazido algumas contribuições relevantes para o esclarecimento do funcionamento mental de aprendizes, perante situações de resolução de problemas (Inhelder e Céliierier, 1992).



A autonomia, nas deficiências motoras ou sensoriais, é constituída de habilidades alternativas que, dada as incapacidades das pessoas, permitem uma adaptação conveniente às tarefas essenciais. Na deficiência mental, a autonomia reveste-se de outras significações e o ensino escolar não visa desenvolver a autonomia intelectual, nem mesmo quando se trata de alunos normais.

Um grande entrave da pessoa com deficiência mental, na conquista de sua autonomia no meio escolar, provém da percepção negativa que ela tem de si mesma. As pessoas que creem que o sucesso escolar está fora de seu alcance, também tendem a um sub desempenho escolar, porque essa percepção negativa inibe a aquisição e a utilização de meios para adaptar-se às exigências da escola. Na maioria das vezes, elas percebem o esforço de adaptação como sendo não gratificante e tornam-se dependentes e mesmo subordinadas às condutas, escolhas e respostas alheias. Nesse sentido, a atitude passiva de aceitação do meio escolar, que é largamente adotada pela escola e pela sociedade com relação às pessoas com deficiência mental, deve ser substituída por atitudes ativas e modificadoras. Elas precisam ser colocadas em situações problemáticas para aprender a viver o desequilíbrio cognitivo e emocional. Se os conflitos lhe são evitados, como poderão chegar a uma tomada de consciência dos problemas a resolver e como testarão sua capacidade de enfrentá-los?

A situação remete, pois, a quadros conceituais e a paradigmas educacionais mais amplos, que estão sendo apontados como propostas para prover o meio escolar de condições favoráveis ao desenvolvimento da autonomia de alunos com deficiência mental.

#### **10.4 TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO**

O fato de lidar com alunos que sejam diagnosticados com síndromes, que pertençam ao *TGD (Transtornos Globais do Desenvolvimento)*, é um desafio real para os educadores. O ambiente escolar mostra-se como um local onde a diversidade deve ser levada a sério.

Nesse caso específico, os estudantes dependem de uma atenção especial por parte dos adultos, mas isso não significa que os pequenos ficarão isolados do restante da turma. Muito pelo contrário. Antes, porém, vamos relembrar em que consiste o TGD.

O TGD pode ser considerado como um conjunto de síndromes que interferem nas interações sociais recíprocas a partir dos primeiros anos de vida. Em outras palavras, aspectos ligados à comunicação (verbal, visual, emocional) da criança são afetados. Ela simplesmente não consegue corresponder aos estímulos desses sentidos. Além disso, os comportamentos podem vir acompanhados de estereótipos.

Você deve ter notado que a descrição acima remete bastante a casos de autismo, correto? A proximidade faz todo sentido, pois estão incluídos no TGD os transtornos pertencentes ao TEA (Transtorno do Espectro Autista), além de outras síndromes.

#### **10.4.1 DIAGNÓSTICO**

É impossível diagnosticar esses casos antes dos 3 anos. Porém, por volta dos 5 anos, a criança começa a demonstrar alguns traços que podem manifestar uma diferença em relação a outras que tenham a mesma idade. Eis o momento de procurar ajuda especializada profissional.

#### **10.4.2 TIPOS DE ATIVIDADES**

Não existe uma resposta única para esta pergunta, o que há é adaptação. Em situações de alunos especiais em uma escola regular, o segredo é adaptar instalações, metodologias e outros tópicos para que haja a devida inclusão dos estudantes.

No entanto, existem algumas atividades recomendáveis que podem fazer diferença na vida da criança, tal como comunicação e tecnologia assistiva; aulas com acompanhamento psicopedagógico, fonoaudiológico; exercícios que impulsionam a psicomotricidade; além de tarefas que procurem estabelecer, gradativamente, o contato mais efetivo da criança com as pessoas que compõem o ambiente que a cerca.

## **10.5 ALUNOS COM AUTO HABILIDADES/ SUPERDOTAÇÃO**

Estima-se que no Brasil existam 2,5 milhões de alunos com altas habilidades ou superdotação nos ensinos fundamental e médio. No entanto, o Censo Escolar de 2010 identifica apenas 11 mil estudantes.

Não é simples chegar ao diagnóstico porque os sinais podem ser confundidos com problemas como dislexia, déficit de atenção ou outros transtornos de aprendizagem.

Os superdotados têm raciocínio e aprendizagem rápidos, são curiosos, pesquisadores natos. Na infância, tendem a querer conviver mais com os adultos e podem ter problemas de interação social. Muitos apresentam baixo desempenho escolar por acharem as aulas desestimulantes e sem nenhum desafio.

### **10.5.1 COMO IDENTIFICAR ALUNOS SUPERDOTADOS**

Quem exibir consistentemente vários dos comportamentos tem fortes chances de apresentar altas habilidades.

- Aprende fácil e rapidamente.
- É original, imaginativo, criativo, não convencional.
- Está sempre bem informado, inclusive em áreas não comuns.
- Pensa de forma incomum para resolver problemas.

- É persistente, independente, auto direcionado (faz coisa sem que seja mandado).
- Persuasivo, é capaz de influenciar os outros.
- Mostra senso comum e pode não tolerar tolices.
- Inquisitivo e cético, está sempre curioso sobre o como e o porquê das coisas.
- Adapta-se com bastante rapidez a novas situações e a novos ambientes.
- É esperto ao fazer coisas com materiais comuns.
- Tem muitas habilidades nas artes (música, dança, desenho etc.).
- Entende a importância da natureza (tempo, Lua, Sol, estrelas, solo etc.).
- Tem vocabulário excepcional, é verbalmente fluente.
- Aprende facilmente novas línguas.
- Trabalhador independente.
- Tem bom julgamento, é lógico.
- É flexível e aberto.
- Versátil, tem múltiplos interesses, alguns deles acima da idade cronológica.
- Mostra sacadas e percepções incomuns.
- Demonstra alto nível de sensibilidade e empatia com os outros.
- Apresenta excelente senso de humor.
- Resiste à rotina e à repetição.
- Expressa ideias e reações, frequentemente de forma argumentativa.
- É sensível à verdade e à honra.

### **10.5.2 INDICADORES DE ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO:**

Há vários inventários e listagens elaborados por especialistas contendo indicadores e características específicas que permitem a identificação de comportamento e perfis de alunos com altas habilidades/superdotação. Estes instrumentos podem ser de grande valia, para os pais e professores, na

identificação de necessidades educacionais especiais, que precisam ser atendidas, no contexto escolar.

Difícilmente um aluno vai apresentar todos os indicadores contidos num determinado inventário, mas com frequência, vários aspectos de suas características serão apontados. Além disso, dificilmente um inventário conterá todos os indicadores possíveis, já que cada um se origina de uma leitura teórica que, como já vimos, está sempre em processo de ampliação, englobando novas áreas de desempenho.

As crianças com altas habilidades/superdotação não constituem um grupo homogêneo, variando tanto em habilidades cognitivas quanto nível de desempenho e personalidade. Tal conceito leva à análise de um conceito moderno de inteligência, o modelo proposto por Gardner é o mais aceito, ele defende que a inteligência se divide da seguinte forma:

- **Linguística:** habilidades envolvidas na leitura e na escrita, um tipo de inteligência apresentada pelos poetas;
- **Musical:** habilidades inerentes a atividades de tocar um instrumento, cantar, compor;
- **Lógico/matemática:** habilidade de raciocínio, computação numérica, resolução de problemas, pensamento científico;
- **Espacial:** habilidade de representar e manipular configurações espaciais;
- **Corporal/cinestésica;** habilidade de usar o corpo inteiro ou parte dele para a realização de tarefas; **Interpessoal:** habilidade de compreender outras pessoas e contextos sociais;
- **Intrapessoal:** capacidade de compreender a si mesmo, tanto sentimentos e emoções, quanto estilos cognitivos e inteligência;
- **Naturalística:** habilidade de perceber padrões complexos no ambiente natural;

Isso nos leva ao seguinte conceito: “Portadores de altas habilidades/superdotados são os educandos que apresentam notável desempenho e elevada potencialidade em qualquer dos seguintes aspectos, isolados ou combinados: capacidade intelectual superior, aptidão acadêmica específica pensamento criativo ou produtivo, capacidade de liderança talento especial para artes e capacidade psicomotora.”

A superdotação como um fenômeno multidimensional agrega todas as características de desenvolvimento do indivíduo sejam eles: aspectos afetivos, cognitivos, neuropsicomotores e de personalidade. É comum acreditar que para ser considerado superdotado o indivíduo necessariamente tenha que apresentar um desempenho surpreendentemente significativo e superior desde muito jovem, ou dado contribuições originais na área científica ou artística reconhecida como de inestimável valor para a sociedade.



## **MÓDULO IV – FORMAÇÃO DO PROFESSOR DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO**

### **11. FORMAÇÃO DOCENTE PARA EDUCAÇÃO ESPECIAL**

Certamente a formação docente é uma área que merece atenção no contexto da inclusão. Sabe-se que formar professores especializados em educação especial não é algo comum na realidade brasileira. Sabe-se também da importância de se preparar os professores para o atendimento aos alunos que necessitem. Existe uma lacuna entre a formação inicial e a sala de aula.

Conforme relata a professora 7 da SRM, uma das participantes de nossa pesquisa:

*Eu trabalho há 3 anos na sala de recursos e gosto muito do meu trabalho. Mas nem sempre foi assim. Quando iniciei nesta área não foi por opção, mas por necessidade. Não tinha vaga na escola para a sala de aula e então a diretora me perguntou se eu queria ir para a sala de recursos, foi aí que eu tive que aceitar. No começo eu não sabia o que fazer, nunca tinha feito curso sobre educação especial, na graduação eu vi muito pouco sobre isso e só a teoria. Foi quando percebi que a minha formação é que era deficiente. (P1 – atua há 3 anos na SRM)*

Percebe-se na fala da professora a consciência de que a formação inicial não “formou” para a educação especial. Apesar da professora P1 já estar na área da educação há mais de 10 anos foi só no momento em que foi trabalhar na sala de recursos é que ela começou a fazer capacitação nesta área.

*Eu sempre fui professora das séries iniciais, hoje fala-se anos iniciais, quando eu trabalhava com as crianças eu nunca tinha feito curso para alunos especiais. Eu já tive uma aluna com síndrome de down, mas eu nunca fiz curso para saber como é que eu ensinaria ela. Foi difícil, pois ela tinha 15 anos e ainda não era alfabetizada. Eu tentava de tudo, mas não consegui que ela lesse. Já na sala de recursos eu já fiz vários cursos oferecidos pela SEMED, cursos muito bons, que me ajudaram. (P1)*

Todas as professoras pesquisadas relataram que não tiveram formação adequada para atender alunos com necessidades educacionais especiais, mas depois que ingressaram na sala de recursos passaram a ter mais contato com a

realidade dos alunos através dos cursos de formação oferecidos pelas secretarias de educação, tanto Estadual quanto Municipal.

Um fato relevante é que todas as professoras buscaram um curso de especialização na área de educação especial e atualmente 5 delas já tem o curso e as demais estão fazendo uma pós-graduação nesta área. Como se observa na fala da professora abaixo:

*Assim que eu soube que iria trabalhar na sala de recursos eu fui logo procurar um curso de pós-graduação em educação especial. Meu objetivo era aprender de verdade como trabalhar com meus alunos. Não vi isso quando eu fiz Pedagogia. Por exemplo, na pós eu estudei sobre Piaget e sobre o teste operatório piagetiano. Eu vi a teoria e a prática, pois meu grupo teve que fazer o teste com uma criança mesmo. Vi a importância dos estudos neste momento. Foi maravilhoso fazer depois com meus alunos e ver em qual estágio operatório eles estão. Não vi isso no curso de Pedagogia, uma pena. (P2 – há 1 ano na SRM)*

Na fala da professora P2 percebe-se claramente a deficiência dos cursos de formação de professores para a educação especial. Apesar de a disciplina Educação Especial constar na grade curricular de todos os cursos de Pedagogia se faz necessário investigar de que forma esta disciplina está sendo oferecida, se a carga-horária é suficiente, se os docentes estão realmente capacitados para a disciplina e outras possíveis implicações para o não atendimento dos objetivos propostos. A queixa dos professores é a mesma: saem da graduação sem os conhecimentos necessários para atender, com qualidade, os alunos com necessidades educacionais especiais.

A sensação é de impotência dos professores diante da demanda cada vez crescente de alunos que necessitem de atendimento especializado. Isso fica claro nos relatos a seguir:



*Nós nos sentimos, muitas vezes, impotentes, sem saber o que fazer. Os alunos olham pra gente, a gente olha pra eles e não sabemos nem conversar. Meu aluno é surdo, ele sabe um pouco de Libras e eu não sei nada de Libras. E aí, como é que eu vou ensinar? (P3 – há 2 anos na SRM)*

*Tenho uma aluna que não fala, apesar de ter 15 anos tem cabecinha de 5. Não consegue pegar direito no lápis, tem deficiência múltipla. Ela chegou este ano e agora preciso estudar mais sobre a deficiência dela. Eu atendo há 2 anos alunos com Síndrome de Down e baixa visão e já sei pelo menos como planejar o meu trabalho com eles. Agora com a minha nova aluna, vou começar do zero. É difícil isso. (P4 – há 3 anos na SRM)*

Observa-se que o trabalho docente constantemente impõe novos desafios ao professor. Ele precisa conhecer as especificidades de cada deficiência ou transtorno dos alunos, a cultura que envolve a diferença, a legislação que trata da educação especial de um modo geral. São vários os fatores que comprometem o fazer pedagógico, conforme Feltrin (2004, p. 20):

*Na escola, o educador enfrenta o aluno, enfrenta a instituição, enfrenta o sistema, enfrenta a sociedade. Conspiram contra ele as dificuldades econômicas, a falta de recursos e de equipamentos didáticos, a má vontade e a falta de estímulo do sistema e das autoridades, os alunos negligentes, arrogantes e desinteressados, a incompreensão de diretores e dos próprios pais, a morosidade e a longa espera pela colheita. Além disso, vem a sociedade que costuma lançar em cima da escola e do professor a culpa de todos os problemas sociais.*

Este enfrentamento tem trazido sequelas para alguns dos professores investigados. Uma delas é o grande número de professores que apresentam

algum tipo de estresse, como a fadiga, o mal-estar, a depressão, a subida da pressão arterial, levando-os a constantes idas ao médico e, posteriormente, licenças para tratamento. Entre outras causas apresentadas, estão:

- A pressão da escola (professores, gestores, coordenadores) para que todos os alunos sejam atendidos com qualidade, mesmo sabendo que a maioria dos professores não tem a formação adequada para atender os alunos com NEE;
- O tempo dispensado ao planejamento, que é o dobro da sala comum, devido a falta de conhecimentos específicos na área da educação especial, levando-as a levar “trabalho” para casa;
- A falta de acompanhamento familiar, geralmente a família pouco comparece na escola;
- Os vários cursos que tem que ser feitos, pois, apesar de serem bons, às vezes os professores ficam a semana toda sem ir à escola e isso gera um desconforto com os demais profissionais da escola.

Apesar da queixa, todos os professores pesquisados gostam do que fazem, identificaram-se com o trabalho na área da educação especial e dizem não querer parar por aqui.

## **12. TRABALHO DO DOCENTE PARA O AEE**

O estudo acerca do processo educacional das pessoas com deficiência nos revela um quadro histórico de exclusão, com o predomínio de práticas segregativas como única possibilidade educativa. No entanto, a luta das pessoas com deficiência, bem como as políticas mais recentes, indicam a oportunidade de acesso a escolarização, dentre outros direitos sociais, de forma cada vez mais intensa. Constatamos, assim, que a crescente inclusão de alunos com deficiência no ensino regular é um processo recente, que tem se apresentado como assunto frequente nas discussões educacionais, tanto que uma das

preocupações presentes no diálogo entre os educadores é o atendimento às necessidades dos seus alunos, pois exigem recursos diferenciados e uma organização distinta do ensino. Nesse contexto, a existência de programas de apoio e a disposição de determinadas condições nas escolas são colocadas em discussão.<sup>3</sup>

Neste sentido, o AEE é uma temática em evidência no momento, pois se apresenta como um apoio significativo para as escolas regulares, tendo em vista o crescente número de alunos com deficiência que ingressam no ensino comum e a ênfase dada a este serviço principalmente após a instituição da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008. Segundo esta normativa o AEE tem a função de “identificar, elaborar, e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (BRASIL, 2008, p.8).<sup>4</sup>

O AEE constitui-se com uma rede de serviços destinados ao público da educação especial, isto é, aos “alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação” matriculados na rede regular (BRASIL, 2008, p. 7). Perpassa todos os níveis e modalidades de ensino em caráter complementar e/ou suplementar. Desta forma, traz uma nova abordagem para a educação especial em âmbito nacional, pois propõe significativas modificações para o atendimento ao alunado e destaca a responsabilidade do setor público sobre a educação das pessoas com deficiência.<sup>5</sup>

A SRM, por sua vez, é um programa instituído a partir dos preceitos da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

---

<sup>3</sup> TRABALHO E FORMAÇÃO DOCENTE PARA O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO. Pertile ,Eliane Brunetto e Rossetto ,Elisabeth .

<sup>4</sup> TRABALHO E FORMAÇÃO DOCENTE PARA O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO. Pertile ,Eliane Brunetto e Rossetto ,Elisabeth .

<sup>5</sup> idem

(2008). Disseminada nacionalmente, constitui-se como proposta oficial para o atendimento aos alunos da educação especial, sendo espaço prioritário para a realização do AEE.<sup>6</sup>

Este programa assume uma responsabilidade significativa nas escolas regulares, pois é colocado como proposição central para apoio aos alunos com deficiência. Juntamente com a grande responsabilização das SRM, notamos, também, a ênfase na apresentação do professor do AEE como articulador da organização necessária para a escolarização de seus alunos.<sup>7</sup>

A partir da Política Nacional de 2008, várias foram as normativas que indicaram o AEE na SRM e o caracterizaram como subsidiador para o processo inclusivo dos alunos da educação especial. O trabalho pedagógico e a especificidade da ação educacional nesse serviço, por sua vez, não se apresentaram claramente. O mesmo podemos considerar acerca da formação necessária ao professor do AEE.<sup>8</sup>

Temos claro nos documentos que as atividades do AEE na SRM se diferenciam das realizadas nas salas de aula regular e que a proposta deste serviço deve se articular com a proposta do ensino comum. Procuramos, no entanto, a caracterização do trabalho pedagógico, compreendendo os fundamentos teóricos que dão suporte às ações do professor. Esta investigação, por sua vez, nos remete a formação docente destinada aos profissionais que devem trabalhar neste serviço.<sup>9</sup>

A Resolução nº 4, de 2009, indica que “para atuação no AEE, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a educação especial” (BRASIL, 2009, p. 3). Mas não há uma especificação acerca

---

<sup>6</sup> idem

<sup>7</sup> idem

<sup>8</sup> TRABALHO E FORMAÇÃO DOCENTE PARA O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO. Pertile ,Eliane Brunetto e Rossetto ,Elisabeth .

<sup>9</sup> idem

do conhecimento necessário ao professor do AEE com base no trabalho na SRM e nem a indicação de uma formação diferenciada daquela já existente.<sup>10</sup>

Concomitante ao pouco direcionamento da formação para o professor do AEE, vemos uma intensa carga de responsabilidade direcionada a este profissional, a Resolução nº 04, de 2009, estabelece no artigo 13 as atribuições, como segue:

I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;

II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;<sup>11</sup>

III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;

IV – acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;

V – estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;

VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;

VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;

VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares (BRASIL, 2009, p. 3).<sup>12</sup>

Temos ainda

---

<sup>10</sup> idem

<sup>11</sup> idem

<sup>12</sup> idem

outros documentos que apresentam as atribuições do professor, mas de modo geral é possível verificar uma ampla gama de tarefas. É previsto o trabalho direto com o aluno em período de contraturno; o trabalho colaborativo para subsidiar as ações e a formação do professor da sala regular; a elaboração de materiais específicos para uso dos alunos nas salas de aula; a orientação à família; e a articulação com setores e profissionais externos à escola que possam colaborar para o atendimento às necessidades especiais dos alunos.<sup>13</sup>

Chama-nos atenção a responsabilização que é imputada a esse profissional que não se direciona apenas ao ensino, mas a várias atividades organizativas e articuladoras dentro do espaço escolar e, possivelmente, fora dele. Nesse sentido, por meio do programa da SRM, o mesmo professor pode trabalhar com várias áreas. No entanto, cada área tem um conhecimento específico e aprofundado. Assim, cabe a organização dos sistemas de ensino e a realização da formação constante para o professor.<sup>14</sup>

De acordo com as normativas, o AEE deve ser disponibilizado na SRM para todo o público-alvo da educação especial que precisar do apoio. Coerente, com este propósito, em 2011, o Decreto nº 7.611, de 17 de novembro, estabelece o apoio técnico e financeiro da União “para a formação continuada de professores, inclusive para o desenvolvimento da educação bilíngue para estudantes surdos ou com deficiência auditiva e do ensino do Braille para estudantes cegos ou com baixa visão” (BRASIL, 2011, art. 5º).<sup>15</sup> Mas, em termos efetivos, paralela à constituição desse programa novo, denso em responsabilidades frente à inclusão dos alunos (principalmente com deficiência), falta o fornecimento de uma formação que proporcione um conhecimento diferenciado para o docente. De modo geral, não há a indicação de uma formação inicial distinta, nem de professores diferenciados daqueles que já vinham se dedicando à educação especial. Temos, então, docentes que,

---

<sup>13</sup> idem

<sup>14</sup> idem

<sup>15</sup> idem

por vezes, tinham como base de trabalho outros princípios que não os da inclusão, agora imbuídos de um novo pensamento e de um fazer diferenciado, mas sem o direcionamento de uma formação que os respalde.<sup>16</sup>

Nota-se que, a formação para o trabalho pedagógico para a SRM deu-se no curso da implantação do serviço, não ocorreu uma capacitação prévia. Neste processo, houve destaque, dentre as ações do MEC, para a formação a distância como forma de atualizar os professores às novas tarefas, constituindo-se uma formação emergencial e de grande abrangência.<sup>17</sup> Observamos que a educação a distância (EaD) tem sido uma via muito utilizada não somente para o profissional que atua na SRM, mas para a formação dos docentes em geral. Além de cursos de formação continuada para o AEE, cursos de especialização – *latu sensu* – na modalidade EaD foram aprovados pelo MEC e tiveram grande abrangência em todo o país. O Departamento de Políticas de Educação Especial anunciou que somente no ano de 2010 foram envolvidos 11350 professores relativos ao edital de 2009 e mais 12000 professores já equivalentes aos cursos disponíveis na plataforma Freire.<sup>18</sup>

Um olhar mais crítico revela que, embora os cursos a distância, on-line, pareçam uma estratégia convidativa e confortável, escondem uma formação docente limitada e aligeirada justificada pela urgência de formar o profissional para uma tarefa imediata. Dessa forma, o professor enfrenta o dilema de conduzir o processo de ensino/aprendizagem rumo à humanização<sup>4</sup> dos alunos, quando sua própria formação é limitada.<sup>19</sup>

Na modalidade EaD, há uma ênfase na aprendizagem colaborativa entre os professores. Os fóruns de discussão são atividades comumente utilizadas e valorizam de sobremaneira a fala cotidiana e as trocas de experiências, tendo como parâmetro a imediaticidade e o pragmatismo. O aprofundamento teórico não é centralidade nessa formação e,

---

<sup>16</sup> idem

<sup>17</sup> idem

<sup>18</sup> idem

<sup>19</sup> idem

embora sejam utilizados textos e leituras, estes desaparecem em meio ao diálogo espontâneo.<sup>20</sup>

Considerando o contexto histórico em que se dá a formação do professor para as práticas inclusivas, alerta-nos o fato de que nas últimas décadas retomase na formação da grande maioria dos docentes princípios pedagógicos associados ao “aprender a aprender” (DUARTE, 2006). Os professores, assim como os alunos, aprendem a aprender por meio de um sistema de formação massificado e superficial em que o conhecimento científico é secundarizado e o saber tácito do professor, em contrapartida, é excessivamente valorizado.<sup>21</sup>

Esta limitação pragmática repercute nos estudos e na formação da educação especial, o que pode ocasionar um recuo da área (enquanto campo de conhecimento) e pouco desenvolvimento em relação a aspectos que precisam ser superados na educação das pessoas com deficiência.<sup>22</sup>

Constata-se que o professor está inserido num contexto histórico-social determinado por contradições que incidem na expropriação do conhecimento científico, sendo este um dos grandes problemas da educação, pois esta situação resulta no esvaziamento da atividade docente (MARTINS, 2010). Dessa forma, os professores, inclusive aqueles que se dedicam ao AEE, estão expostos às condições degradantes que inviabilizam suas possibilidades efetivas de humanização.<sup>23</sup>

Os pressupostos da Teoria Histórico-Cultural nos indicam que a finalidade da educação da pessoa com deficiência deve voltar-se para a emancipação humana, para a sobreposição dos fatores biológicos, que contém os limites da deficiência, pelos culturais, que proporcionam um desenvolvimento com limites imprevisíveis (VIGOTSKI, 1983). Destacamos, no entanto, que a humanização dos alunos, com ou sem deficiência, depende da mediação das capacidades humanas do professor. Neste sentido, uma

---

<sup>20</sup> idem

<sup>21</sup> idem

<sup>22</sup> idem

<sup>23</sup> idem



preparação emergencial e em larga escala, como assinalam as ações Utilizamos esse conceito fundamentados na obra O desenvolvimento do psiquismo, de Leontiev (1978), na qual corresponde ao desenvolvimento das capacidades humanas.<sup>24</sup>

Entendemos que a concepção de sujeito com deficiência interfere no trabalho a ser desenvolvido pelo professor, dando-lhe maior ou menor perspectiva frente ao aluno. A superficialidade que envolve a formação a distância não proporciona o conhecimento requerido tendo em vista a atuação no AEE. Dessa forma, corremos o risco de ver a inclusão escolar como um projeto educacional posto nas normatizações, divulgado como novo paradigma, mas que não alcança a materialização devido à falta de investimento, de medidas concretas de operacionalização, dentre as quais destacamos a formação docente. Saviani (2009) ao discutir os aspectos teóricos e históricos da formação de professores no contexto brasileiro, apresenta que :

*Não se pode dizer que a educação especial não tenha sido contemplada na legislação em vigor [...]. No entanto, no que se refere à formação de professores para atuar na educação especial a questão permanece em aberto (p.152).*

A formação do professor que trabalha no AEE precisa instrumentalizá-lo para que dê conta de várias atividades que exigem conhecimento específico. São diversas as ações que deve desempenhar dentro da cada área que compõe o alunado da SRM. De acordo com Baptista (2011, p. 61), a SRM assume um “protagonismo na política educacional brasileira relativa à Educação Especial e à inclusão escolar”. O autor aponta para o fato de que “a pluralidade de ações previstas para o educador nem sempre esteve presente nas propostas que

---

<sup>24</sup> idem

caracterizam as Salas de Recursos” (BAPTISTA, 2011, p. 66). Nesse sentido, ainda, comenta que “temos um longo caminho a ser percorrido” e defende que

*[...] é necessário reconhecer que, além das diretrizes gerais para a organização das salas de recursos, é fundamental garantir espaço de criação de delineamentos para esse serviço em função de características específicas de cada contexto (BAPTISTA, 2011, p. 71).*

A formação de cada profissional é atrelada a efetivação de determinada atividade. No que diz respeito ao professor, de acordo com a prática pretendida faz-se necessária determinada preparação. O exercício das atividades previstas para o AEE denota a necessidade de uma formação que contemple o desenvolvimento de atividades técnicas (como o domínio do Braille, por exemplo), bem como conhecimento teórico e aprofundado acerca do desenvolvimento humano, principalmente da pessoa com deficiência.<sup>25</sup>

Estas constatações nos fazem refletir sobre o quanto é valiosa a produção de conhecimento na área da educação especial e como deve ser consistente a formação do professor do AEE. Além disso, diante da intenção de organizar uma prática escolar que respalde a aprendizagem dos alunos com deficiência, destaca-se a necessidade de opção por referenciais que valorizem o ensino, enquanto condutor do processo educativo.<sup>26</sup>

O professor do AEE tem atribuições diversas em campos de conhecimento específicos o que reitera a necessidade de uma formação teórico-conceitual, pois, o alcance de novas formas de conceber e de desenvolver a ação docente não se obtém pela redução dos estudos ao campo prático, imediato; ao

---

<sup>25</sup> idem

<sup>26</sup> idem

contrário, exige estudo teórico e apropriações conceituais por parte do professor.<sup>27</sup>

A formação docente para o AEE, ao comprometer-se com o processo de emancipação humana da pessoa com deficiência, precisa ser constituída por referenciais teóricos que garantam consistência ao saber do professor. Este precisa ter conhecimento acerca do processo de desenvolvimento humano, compreender o sujeito com deficiência sob uma perspectiva que supere a visão biologizante e ter o domínio do processo de ensino dos conteúdos escolares, de modo que possa propor ao aluno mediações, com encaminhamentos metodológicos diferenciados.<sup>28</sup>

---

<sup>27</sup> idem

<sup>28</sup> idem



## MÓDULO V – LEITURA COMPLEMENTAR

### A INCLUSÃO ESCOLAR ATRAVÉS DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Ana Gabriela Hoernig

O presente trabalho pretende analisar a questão da inclusão escolar, bem como sua indispensável efetivação. Através deste estudo busca-se trazer questionamentos sobre como se dá a inclusão de fato. Pretende-se também trazer subsídios teóricos de estudiosos que apresentem alternativas e saídas para que a inclusão escolar ocorra de fato. O principal aspecto que se pretende discutir é a necessidade e urgência do atendimento especializado para alunos com necessidades especiais.

Neste trabalho serão abordados alguns temas como: investigação, utilização da nomenclatura, formação do professor, satisfações, insatisfações, dificuldades, problemas, ensino e aprendizagem.

Inicia-se o artigo com discorrendo sobre a evolução dos conceitos

utilizados para alunos de inclusão. É apresentado no presente trabalho as divergências de opiniões entre os diferentes teóricos no que se refere ao assunto, pois muitas são as terminologias utilizadas. Aborda-se a questão do preconceito e a influência das políticas educacionais sobre a questão.

O presente artigo apresenta uma alternativa para o sucesso no atendimento a alunos de inclusão, que é o atendimento especializado para o aluno portador de necessidades especiais. Apresenta o embasamento teórico sobre a questão e a legislação específica que norteia esta prática.

Além do que já é consenso geral, a necessidade de mais profissionais nas instituições de ensino para atenderem as demandas advindas da inclusão, sugere-se no presente trabalho, entre outros profissionais especializados, a importância da atuação do psicopedagogo para prevenir e eliminar dificuldades, otimizando o aprendizado.

Por fim, aborda-se a importância das atividades práticas para o sucesso da inclusão, citando a legislação específica sobre o assunto e apontando para alguns avanços que vem despontando especialmente nas instituições.

### **1.1 Diferentes conceitos de necessidades especiais e terminologias**

A importância desse trabalho é proporcionar uma reflexão sobre o tema inclusão escolar para alunos com necessidades educacionais especiais e com dificuldades de aprendizagem. O tema do presente artigo é a questão desse atendimento feito com alunos de necessidades educacionais especiais na educação especial e inclusiva. Mas então nos perguntamos como funciona esse tipo de atendimento, sendo que sabemos que o mesmo está voltado para ajudar alunos com necessidades. Assim através da pesquisa e leitura desse tema em literatura específica percebemos que esse atendimento está voltado para os alunos que apresentam dificuldades diversas.

Aqui pretende-se discutir os termos inclusão e integração e seus diferentes usos em alguns textos oficiais, que há tempos aparecem nos livros e

citações com o objetivo de rever, e elaborar melhor o conceito de educação especial com o auxílio da proposta da inclusão em educação. Com isso foi percebido que apareceram muitas dúvidas sobre estes termos como: São a mesma coisa? O que as diferencia? O que significam cada termo afinal? Colocar um aluno com dificuldades na sala do ensino regular é incluir? Mas isso não era o que fazíamos no período em que se falava de integração? Todas estas questões são citadas por muitos estudiosos do assunto, tanto professores como outros profissionais que trabalham com educação.

A Política Nacional de Educação Especial, de 1994 define que:

*Pessoa portadora de necessidades especiais é a que apresenta, em caráter permanente ou temporário, algum tipo de deficiência física, sensorial, cognitiva, múltipla, condutas típicas ou altas habilidades, necessitando, por isso, de recursos especializados para desenvolver mais plenamente o seu potencial e/ou superar ou minimizar suas dificuldades. No contexto escolar, costumam ser chamadas de pessoas portadoras de necessidades educativas especiais (BRIZOLLA apud STOBÄUS; MOSQUERA, 2006, p. 244).*

Para entender a definição das dificuldades para a aprendizagem, é oportuno assimilar primeiro o conceito de aprendizagem. De acordo com Rotta (2006, p. 116), o conhecimento neurológico que se tem atualmente nos informa que “o ato de aprender se passa no sistema nervoso central, onde ocorrem modificações funcionais e condutais, que dependem do contingente genético de cada indivíduo e do ambiente onde esse ser está inserido.”

Esta autora diferencia dificuldades de aprendizagem de transtornos de aprendizagem, considerando a primeira situação “um termo genérico que abrange um grupo heterogêneo de problemas capazes de alterar as possibilidades de a criança aprender”, (Rotta, 2006, p. 116). Porém, a segunda situação deve-se a alterações no sistema nervoso central, constituindo uma

condição específica, deve referir-se as dificuldades primárias ou específicas, que se devem as alterações do sistema nervoso central.

Segundo Fonseca (apud PORTO, 2007, p. 57):

*Dificuldades de aprendizagem é um termo geral que se refere a um grupo heterogêneo de desordens manifestadas por dificuldades significativas na aquisição e utilização de compreensão auditiva, da fala, da leitura, da escrita e do raciocínio matemático. Tais desordens, consideradas intrínsecas ao indivíduo, presumindo-se que sejam devidas a uma disfunção do sistema nervoso central, podem ocorrer durante toda a vida. Problemas na auto regulação do comportamento, na percepção social e na interação social podem existir com as dificuldades de aprendizagem. Apesar de que as dificuldades de aprendizagem ocorrem com outras deficiências (por exemplo, deficiência sensorial, deficiência mental, distúrbios sócio emocionais) ou com influências extrínsecas (por exemplo, diferenças culturais insuficientes ou inapropriada instrução), elas não são resultado dessas condições.*

De acordo com Edler Carvalho (2011, p. 45): “as necessidades educativas especiais se referem a todas as crianças e jovens cujas necessidades decorrem de sua capacidade ou de sua dificuldade de aprendizagem.” Assim somos levados a alguns objetivos, o primeiro é estabelecer as diferenças entre inclusão e integração, o segundo prioriza lembrar as partes de um mesmo processo histórico e o terceiro objetivo pretende ilustrar o que está presente nessas confusas situações.

A Declaração de Salamanca sob responsabilidade da UNESCO de 1994 (apud SANTOS, 2002, p. 109) também trata do assunto:

*Na atualidade, considerando a realidade brasileira é possível dizer com certa precisão que estamos em um momento de uma discussão intensa a respeito de uma ou outra alternativa. Podemos identificar que os autores contemporâneos percebem as*

*diferenças entre integração e inclusão e fazem questão de fazer uma apresentação das mesmas.*

Segundo Werneck (apud SANTOS, 2002) “o processo de integração através da corrente principal é definido pelo chamado sistema de cascatas e a inclusão vista vai surgir para questionar o conceito de cascata.” Percebe-se dessa forma com muita clareza que a inclusão se caracteriza por um rompimento com conceitos que eram usados e uma alteração de modelos e paradigmas quando comparada com a integração. De acordo com Santos (2002, p. 108) “não podemos esquecer que nesta luta sempre esteve presente a preocupação com todos os grupos excluídos e não apenas com os portadores de deficiência.” Dessa maneira a integração ainda de ação a consequência é clara se o alunado é potencialmente qualquer individuo a oferta educacional não pode estar centrada apenas em torno do lidar com as deficiências.

A significação prática dos aspectos aqui discutidos “parece clara em que existe uma reformulação como sempre foi necessário de nossas posturas, de nossas concepções e de algumas possíveis formas de como nos organizarmos para receber a todos”. (SANTOS, 2002, p. 114). Estas reflexões demonstram que, apesar de aparentemente esgotada, a discussão sobre as diferenças entre os conceitos de inclusão e integração se estenderam por longo tempo, pode-se mesmo dizer que não se encontram encerradas.

Por fim, apesar das confusões que traz, a Declaração de Salamanca representou um passo importante na história da educação considerando que trouxe uma nova dimensão à educação especial em termos dos alunos e de seu foco de ação. Isso também permite perceber que por intermédio da mesma declaração toda a educação é especial porque deve atender com qualidade a todos os alunos considerando, de acordo com Santos (2002, p. 115) “a criação de culturas inclusivas, o desenvolvimento de políticas inclusivas e a orquestração de práticas de inclusão.” Por isso deve-se construir uma comunidade inclusiva com estabelecimento de valores inclusivos.



Para Edler Carvalho (2011, p. 37), “apesar dos avanços conseguidos na concepção da educação como dimensão central dos países com vistas ao desenvolvimento sustentado nos aspectos econômico e social”, ainda existem barreiras muito grandes com as quais é necessário conviver para assegurar escolas de boa qualidade para todos.

As expressões necessidades especiais e necessidades educacionais especiais são denominações propostas e, muitas vezes, usadas como sinônimos pelos que trabalham em educação especial, para substituir várias outras atribuições dadas aos alunos. Também se inclui no presente trabalho outra abordagem para a discussão de terminologias:

*Usando uma imagem da psicologia da forma, a deficiência deixa de ser a figura passando a ser o fundo de um contexto no qual a sociedade tem principal papel, seja na promoção das necessidades especiais de determinadas pessoas ou grupos, seja na satisfação dessas necessidades. (CARVALHO, 2011, p. 39)*

A autora citada introduz “o conceito de necessidades educacionais especiais, em substituição das categorias deficiência ou desajustamento social e educacional” (CARVALHO, 2011, p. 41), continuando os questionamentos sobre a importância das categorias de classificação. Os termos incapacidade e desvantagem educacional são associadas às dificuldades de aprendizagem que foram levantadas, pois acredita-se, não existe relação direta entre as incapacidades físicas, mentais e sensoriais e as dificuldades educacionais enfrentadas pelos alunos.

Conforme afirma Edler Carvalho (2011, p. 49):

*Como a expressão necessidades educacionais especiais é muito abrangente e se consagrou na educação especial, o que se constata é a rotulação de todos os alunos que se encaixam na nomenclatura como deficientes, alunado da educação especial, ainda percebida como a outra educação, que não a regular.*

As estatísticas apresentam no documento (Declaração de Salamanca) que muito grande é a proporção de alunos com dificuldades de aprendizagem que não são portadores de deficiência física, mental, sensorial e múltipla. Nesse caso a família deve suprir as necessidades referentes à: meios especiais de acesso ao currículo, adequações curriculares e análises e intervenções no meio ambiente no qual a criança esta sendo educada, particularmente nos aspectos emocionais e sociais. A aceitação destes alunos como pessoas iguais aos demais, o modo como são tratados, aceitos ou não pela família e sociedade torna-se perceptível.

De acordo com Kortmann (2006, p. 230):

*O portador de necessidades especiais sempre irá refletir o modo pelo qual a sua família e pessoas colaterais o concebem como pessoa. Sua conduta denuncia os sentimentos que estão por trás de certas atitudes, na maioria das vezes inconscientes, daqueles com os quais convive mais diretamente em seu meio de origem.*

Segundo Edler Carvalho (2011, p. 46):

*As escolas integradoras pressupõem uma pedagogia centrada no aluno, que permita identificar suas necessidades, para suprir com vistas ao seu pleno desenvolvimento e em respeito aos seus direitos de cidadania de pretender e de participar e nelas os alunos com necessidades educacionais especiais devem, sempre que possível aprender junto com seus pares, ditos normais, para fomentar a solidariedade entre todos.*

Constata-se que a autora acima citada aponta um objetivo bastante evidente nas escolas integradoras, as quais atenderiam às necessidades especiais dos educandos, mas também teriam a função de favorecer mudanças de atitude, eliminando qualquer forma de exclusão dos alunos tidos como problema, substituindo por novas posturas de “aceitação das diferenças e reciprocidade no

relacionamento, em vez de piedade ou de tolerância.” (CARVALHO, 2011, p. 46).

Segundo Bridi (2009, p. 7):

*O conceito de necessidades educacionais especiais permite que se questionem as categorias de classificação das deficiências, deslocando a ênfase do aluno com deficiência para centrar-se na resposta educativa da escola, sem desrespeitar ou negar a circunstância vivida pelo aluno. Um dos aspectos inovadores desse conceito evidencia-se na relação estabelecida entre alunos com deficiência que apresentam dificuldades escolares e aqueles sem deficiência, mas com dificuldades de aprendizagem. Nesse sentido o relatório sugere ainda que a expressão sirva para representar todas as exigências vividas pelos alunos durante sua vida escolar.*

As barreiras à aprendizagem dependem do contexto onde são criadas, perpetuadas ou, muitas vezes e, felizmente, eliminadas. O objetivo geral é reduzir a exclusão acadêmica e social do processo educacional e divulgar as boas práticas pedagógicas que estimulem e garantam a aprendizagem dos alunos. O tema inclusão tem sido intensamente debatido no mundo nos últimos anos, pois a educação perpassou momentos históricos de exclusão onde somente os filhos de pessoas com poder aquisitivo elevado tinham acesso à escola (ROSA, 2008). Houve tempo em que a população negra também foi discriminada e eles não podiam, entre outras coisas, frequentar as aulas por serem vistas como inferiores. Sabe-se que a inclusão não é pura e simplesmente colocar a criança na escola e deixar a mesma para ser cuidada única e exclusivamente pela professora da turma para que ela de conta da educação daquela criança. A educação se encontra dentro deste contexto, pois “os professores são resultado de uma educação bancária e elitista, em que ele trabalha nesta rede, reproduzindo o que recebeu, para que tudo certo”. (ROSA, 2008, p. 217). Esta autora diz que:

*Atualmente, na educação, faz-se uma chamada para que as famílias tragam seus filhos com necessidades educativas especiais para as escolas, no entanto os investimentos em educação são os mesmos ou até menores dos que se tinha antes do advento inclusão. (ROSA, 2008, p. 217).*

Mesmo sendo inserido em um ambiente escolar, o aluno não deixa de lado suas características individuais, que são uma marca da riqueza humana que deve ser explorada em sala de aula. “Cada um é singular, daí que qualquer tentativa de homogeneização do ensino se traduza em fracasso”. (CHALITA, 2001, p. 138).

“Neste sentido, o convívio entre pessoas, independentemente de ser estimulado para garantir direitos é sempre oportuno e necessário, pois permite que se construam vínculos levando-nos a ver o outro em nós mesmos e vice-versa.” (CARVALHO, 2006, p. 45). É certo que o inverso também acontece: muitas pessoas tentam argumentar e provar que a verdadeira inclusão está muito longe de acontecer, enquanto que há profissionais que defendem a postura de que tem muito a fazer, mas o processo está andando. Segundo Edler Carvalho (2006): a exclusão nem sempre é visível, quando se manifesta por comportamento de evitação explícitos na separação física. A exclusão pode-se apresentar, muitas vezes, com formas dissimuladas, presentes nas representações sociais acerca dos excluídos. Este tipo de exclusão pode ser tão danoso às emoções das pessoas como a exclusão declarada.

Conforme afirma Edler Carvalho (2006, p. 58): “o aluno „aprisionado” em dificuldades que a escola ainda não sabe resolver, passa a ser considerado deficiente”, precisamos considerar os mecanismos excludentes que estão presentes na sociedade segundo seus preconceitos e o modelo de desenvolvimento que vigora no país. A adoção desse modelo ocasionou um processo de inchaço nas zonas urbanas, provocando mudanças das populações do campo em busca de trabalho nas indústrias das cidades, pois diminuía suas

economias provenientes das atividades rurais. As ações do governo se voltaram, predominantemente, para dar garantias ao desenvolvimento do capital, em detrimento da qualidade de vida de todas as pessoas, sem discriminação. O modelo econômico produziu desigualdade de oportunidade e, conseqüentemente, a exclusão social. Por isso percebemos que convivemos, infelizmente, com altos e inaceitáveis índices de desigualdade social.

Para Edler Carvalho (2011, p. 100):

*Diante de uma realidade tão perversa, parece óbvio que nosso contingente de excluídos do acesso e usufruto dos bens e serviços historicamente acumulados é extremamente numeroso e que não é constituído, apenas, de pessoas com deficiência. Para qualquer dos excluídos, vários são os efeitos da exclusão, sendo alguns, irrecuperáveis. Mas a exclusão produz, ainda, efeitos econômicos, políticos, e culturais.*

“A exclusão do ponto de vista econômico é uma espécie de círculo vicioso comum nos regimes capitalistas.” (CARVALHO, 2011, p. 101).

Pelo ponto de vista político, o principal efeito de exclusão está na qualidade da cidadania e da participação dos excluídos na vida dos pais. Por fim no ponto de vista da cultura as vítimas são predominantemente veiculadas pelos meios de comunicação de massa. Sabemos que inúmeros e complexos são os desafios à inclusão escolar de pessoas com deficiência que são: as políticas educacionais, as recomendações internacionais e a opinião dos próprios deficientes e de suas famílias.

Para Edler Carvalho (2011, p. 103):

*Existem também desafios nas políticas educacionais que são: a base ideológica, a quantidade e a qualidade da oferta educativa, o sentido e o significado da proposta inclusiva e integradora, a valorização do magistério, a terminologia adotada para o*

*alunado da educação especial, a administração dos sistemas educativos e a organização do atendimento educacional escolar.*

Ainda para a autora acima citada, “as políticas educacionais, como políticas públicas, são definidas, implementadas e avaliadas em estreita relação com o desenvolvimento social dos países.” (CARVALHO, 2011, p. 103) Estas políticas educacionais retratam os tipos de regulação adotados por determinada sociedade, segundo a ideologia vigente. Os desafios em relação às recomendações de organismos internacionais não estão nas recomendações, propriamente ditas, mas sim esses desafios estão voltados para a interpretação das recomendações, em busca de consenso nacional e no caso dos desafios em relação à opinião dos próprios deficientes e de suas famílias, as quais relatam que o maior desafio é o sentimento de rejeição.

Somos levados a refletir sobre a prática educativa vivenciada diretamente no contexto da educação infantil na inclusão de crianças com necessidades especiais, possibilitando ao educador desenvolver um olhar crítico sobre sua atuação e os resultados de suas ações, com objetivo de conscientizar e promover reflexões sobre a diferença da ação educativa baseada na afetividade e espontaneidade, contra aquela que é baseada no autoritarismo, nas diferenças e nos resultados. A nossa história foi marcada na educação brasileira pela exclusão de crianças com necessidades especiais da escola regular que foram colocadas em escolas que eram preparadas para ela, ou seja, escolas para crianças especiais. Mas depois de um tempo após ter sido assinada uma lei dizendo que essas crianças deveriam frequentar a escola regular e que a situação foi mudando, ou seja, eles podiam ter acesso a lugares que antigamente era impossível e que com as mudanças feitas e pessoas capacitadas para receber tais pessoas que tinham dificuldades de locomoção e de aprendizagem se tornou possível.

Segundo Mantoan e Prieto (2006, p. 47), o artigo quinto da resolução dois de 2001:

*Permite interpretar que houve uma tentativa tanto de ampliação da população que deve ser referida a partir de agora para o ensino especial quanto de abandonar as classificações categoriais tradicionais da clientela da Educação Especial, provavelmente em virtude da adoção do conceito de necessidades educacionais especiais.*

A participação dos pais ou de outros responsáveis que cuidam e acompanham as crianças parece ser fundamental para o desenvolvimento, a aprendizagem e a interação da criança no contexto escolar. A deficiência se refere à perda, anormalidade de estrutura ou função de toda a alteração do corpo ou da aparência física, de um órgão ou de uma função, qualquer que seja a causa. As deficiências são de todos os tipos; moderadas ou graves. Mas é muito interessante observar o ser humano, pois enquanto que algumas pessoas com deficiências pequenas têm grandes dificuldades, entraves e problemas de autoestima e também vemos o extremo, seres humanos com limitadíssimos que se tornam exemplos de superação.

A incapacidade por sua vez se refere à restrição de atividades em decorrência das consequências de uma deficiência em termos de desempenho e atividade funcional do indivíduo e que representam as perturbações ao nível da própria pessoa.

Mantoan e Prieto (2006) ressaltam a necessidade de alcançar os objetivos amplamente conhecidos e estabelecidos na Constituição Federal de 1988 para a educação como “a erradicação do analfabetismo universalização do atendimento escolar e melhoria da qualidade de ensino.” (MANTOAN; PRIETO, 2006, p. 49). A escola inclusiva deveria ser chamada de escola para todos, pois esta sim está aberta totalmente para que qualquer pessoa possa ter uma educação digna, sem ser necessário estudar em uma escola especial, ou seja, uma escola que abrigue as diferenças e se enriqueça com elas em que a inclusão deve ser defendida e investida.

Pelo que foi visto acima, percebe-se que a educação inclusiva é uma tendência da atualidade que em nível local e internacional, é considerada desse tipo porque abre espaço para todas as crianças alcançando aquelas com necessidades especiais. As atividades realizadas nesse tipo de trabalho devem ser abertas e diversificadas de acordo com as características dos alunos e deve ter uma abordagem flexível em vários níveis de compreensão, entendimento, apropriação e desempenho dessas atividades, pois alguns alunos, conforme suas aptidões conseguirão realizar tarefas diferenciadas. O processo de ensino-aprendizagem do educando com ou sem deficiência ocorre num processo de respeito, diálogo e trocas de vivência, pois se o educador conseguir proporcionar a seu educando um ambiente saudável, estimulante e facilitador da aprendizagem não haverá no ambiente escolar deficiência e nem diferenças, mas sim uma prática pedagógica diferenciada e ao mesmo tempo simples, pois tudo se simplifica quando olhamos o outro como um ser humano comum, mas diferente de todos.

“A garantia de uma educação de qualidade para todos implica, dentre outros fatores, um redimensionamento da escola, que consiste não somente na aceitação, mas também na valorização das diferenças.” (FRIAS; MENEZES, 2009, p. 10).

De acordo com Frias e Menezes (2009, p. 13): “Incluir pessoas com necessidades educacionais especiais na escola regular pressupõe uma grande reforma no sistema educacional.”

Para Salvi (2002, p. 2):

*Atualmente, todo o segmento de profissionais, pais e as próprias pessoas com necessidades educativas especiais denominam como inclusão um novo paradigma de pensamento e ação, no sentido de incluir todos os indivíduos socialmente, inclusive no contexto educacional.*



Esta autora, como outros já citados no presente trabalho, não aceita rotulações, colocando o respeito, a dignidade e à busca da convivência harmoniosa entre todas as pessoas na sociedade acima de terminologias ou significações de ordem social. “No terceiro milênio é necessário aceitar e reconhecer que a deficiência é parte comum da variada condição humana.” (SALVI, 2002, p. 3).

Segundo Salvi (2002):

*Inclusão compreende um valor constitucional que, em si, deve concretizar a aceitação da diferença humana e respeitar a diversidade cultural e social. Não deve a inclusão, apenas, continuar proliferando boas intenções, pois, em muitos casos, vem travestida de atitudes de caridade, indignação e piedade.*

O processo de inclusão caminha e certamente é um caminho sem possibilidade de volta, uma nova ordem de pensamento e ação envolve a sociedade. Na verdade, pessoas conscientes se perguntam como pode que seres humanos viviam isolados e marginalizados por terem alguma “deficiência”. Conforme Salvi (2002, p. 8), estamos “longe de obter respostas imediatas para a problemática da inclusão do portador de necessidades educativas especiais no contexto educacional”, mas vislumbramos uma variedade sem limites de perspectivas e desafios para uma verdadeira efetivação dessa nova modalidade de ensino. Para Dutra (2006, p. 32): “as expressões “necessidades especiais” e “necessidades educacionais especiais” são usadas pelos que trabalham em educação especial para substituir várias outras, atribuídas ao alunado por ela atendido.” Segundo o mesmo autor “também se incluem, nessa condição, outros alunos como os que apresentam condutas típicas de distúrbios invasivos do desenvolvimento e os de altas habilidades ou superdotados.” (DUTRA, 2006, p. 33). No âmbito escolar a expressão necessidades educacionais especiais tem uma grande abrangência e até mesmo por falta informações adequadas, passa a ser amplamente usada por profissionais da educação especial. A educação

especial, Dutra (2006, p. 40) “tem sido atualmente definida no Brasil segundo uma perspectiva mais ampla, que ultrapassa a concepção de atendimentos especializados, tal como vinha sendo a sua marca nos últimos tempos.” Este autor afirma que:

*A expressão necessidades educacionais especiais pode ser utilizada para referir-se a crianças e jovens cujas necessidades decorrem de sua elevada capacidade ou de suas dificuldades para aprender, a qual está associada a dificuldades de aprendizagem, não necessariamente vinculada à deficiência. (DUTRA, 2006, p. 42).*

Independentemente da terminologia, o que se constata é que o atendimento educacional especializado para os casos de inclusão é indispensável. Segundo Wallon (2007, p. 93), “o desenvolvimento das pessoas não ocorre por simples adição de progressos que ocorrem sempre no mesmo sentido”, mas afirma este autor que o desenvolvimento humano apresenta oscilações para um padrão tido como normal, tanto manifestações antecipadas como regressões de uma função. Considerando este fato, muito mais atenção há que se dar ao alunado de inclusão, que apresenta oscilações muito mais acentuadas, dificuldades ou transtornos de aprendizagem.

## **1.2 Importância do atendimento educacional especializado com o aluno portador de necessidades educacionais especiais**

Existem muitas dificuldades e desafios a serem enfrentados para atingirmos uma educação com direito para todos. Segundo Marchesi, Cool e Palacios (apud RODRIGUES, KREBS; FREITAS, 2005, p. 117) “a integração significa educar o aluno com necessidade educativa especial na escola comum, isso pressupõe que o sistema educativo, no seu conjunto, é o que assume a

responsabilidade de dar uma resposta para o objetivo.” Mas, além disso, é preciso mais atitudes e sabe-se que o poder público não tem o devido compromisso com a inclusão; matricular alunos portadores de necessidades educacionais especiais não é inclusão. Os profissionais 14 da educação que atendem estes alunos devem ter uma formação adequada e as escolas onde são matriculados também precisam estar com espaços adequados às necessidades dos alunos.

A situação de instituições destinadas exclusivamente à educação especial está restrita a casos mais graves. O avanço da educação inclusiva traz grandes desafios à educação, pois atualmente todas as escolas têm alunos especiais incluídos, então a educação especial precisa redimensionar o seu papel com urgência ou surgirão problemas cada vez maiores, com tantos alunos diferentes nas mesmas salas de aula e com um atendimento igual para todos.

Para o Ministério de Educação e Cultura do Brasil (BRASIL, 2008, p. 16):

*O atendimento educacional especializado identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. Ao longo de todo o processo de escolarização, esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum.*

A leitura deste texto sobre legislação específica para inclusão vê-se o ideal. Mas, nas escolas em geral, isto não acontece ou ocorre de uma forma muito limitada com poucos profissionais especializados, pouquíssimos recursos

para atender os alunos de inclusão e turmas com muitos alunos, com diferentes tipos de necessidades especiais e com professores sem formação adequada.

Segundo Oliveira (2001) o profissional pode tanto prevenir algumas desadaptações como corrigir ou minimizar algumas dificuldades por meio de uma intervenção eficaz. E, ainda, “na escola ocorre a intervenção, cujo objetivo central é aprendizagem de conteúdos selecionados como importantes para a vida futura da criança no mundo social a que ela pertence.” (SOUZA, 2001, p.114).

Na Constituição Federal de 1988 (apud STOBAÜS; MOSQUERA, 2006, p. 38) pode ser destacada a seguinte referência:

*Construir uma sociedade livre, justa e solidária; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.*

Conforme Chalita (2001, p. 106), “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se a todos a inviolabilidade do direito a vida e a igualdade.” Inúmeras são as providências políticas, administrativas, e financeiras a serem tomadas, para que as escolas, sem discriminações de qualquer natureza, acolham a todas as crianças. Segundo a Declaração de Salamanca (apud CARVALHO, 2006, p. 77):

*Independentemente de suas condições físicas, intelectual, sociais, emocionais, linguísticas ou outras crianças deficientes e bem dotadas, crianças que vivem nas ruas e que trabalham, crianças de populações distantes e nômades, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outro grupos ou zonas desfavorecidos ou marginalizados.*

Como refere Carvalho (apud ROSA, 2008, p. 216):

*Uma nova ética se impõe conferindo toda a igualdade de valor, igualdade de direitos – particularmente aos da equidade – e a necessidade de superação de qualquer forma de discriminação por questões étnicas, socioeconômicas, de gênero, de classes sociais ou de peculiaridades individuais mais diferenciadas. Os movimentos sociais em prol dos direitos humanos muito contribuíram para a ressignificação dos sistemas educacionais e do papel das escolas. Em vez de seletividade que as tem caracterizado, penalizando inúmeros alunos – com ou sem deficiência ou superdotação.*

Conforme afirma Spencer (apud CHALITA, 2001, p. 65): “devemos nos lembrar que a finalidade da educação é formar seres aptos para governar a si mesmos e não para ser governados pelos outros.”

Até aqui diversos autores foram citados e até mesmo leis foram mencionadas. Certamente muitas outras publicações discutiriam e provavelmente poderiam repetir o assunto; não falta literatura sobre o tema. Porém, a farta teoria está longe de ser implementada na prática. Então chega-se à conclusão que o atendimento educacional especializado é deficitário nas escolas públicas. Está muito longe de atender as crianças com necessidades especiais. Ética que confira igualdade a todos continua sendo uma interminável discussão. Na prática há muito que se fazer para o atendimento educacional ocorrer de fato.

*Conforme afirma Silva (apud MACHADO, 2008, p.140): A pessoa para existir precisa relacionar-se e o primeiro ambiente fundamental para que isso aconteça é o grupo familiar. A necessidade de um grupo de referência onde ocorram relações diretas de ajuda mútua, amparo e trocas afetivas, cognitivas e valorativas é radical para a vida da pessoa.*

Esta é uma questão bastante delicada, esta ajuda que deveria ser intensificada para crianças com necessidades especiais deixa a desejar. As

famílias geralmente não tem estrutura para dar o suporte necessário devido a várias limitações, desde a aceitação da criança, dificuldades financeiras para tratamentos 16 especializados e falta de acesso a atendimento público especializado, entre outras limitações.

Prieto (2006, p. 63) afirma que: “os professores devem ser capacitados pelos respectivos sistemas públicos de ensino aos quais estão afiliados ou pela parceria dos mesmos com instituições formadoras de professores.” Os professores, entretanto não tem a formação adequada para tratar todos os alunos de inclusão que recebem; sua formação ainda é predominantemente pelos currículos tradicionais e os sistemas públicos de ensino oferecem capacitação ampla e deficitária.

De acordo com Edler Carvalho (2006, p. 26):

*Em relação à implementação da proposta da inclusão educacional escolar encontramos: resistências de muitos professores e familiares; dúvidas de outros que se declaram preocupados com o desmonte da educação especial e também a aprovação e o entusiasmo de não poucos. A resistência dos professores e de alguns pais é por eles explicada em razão da insegurança no trabalho educacional escolar a ser realizado nas classes regulares, com os alunos com deficiência.*

“É preciso lembrar que ao escolher a profissão de educador, como a de médico, ou sacerdote, o professor está comprometido com a sensibilidade humana.” (CHALITA, 2001, p. 141). O professor precisa lembrar; e precisamos lembrar aos educadores: a sensibilidade humana. Questionamos nos como fica esta questão em tempos de tantas crises na sociedade, em uma sociedade tão competitiva, desigual e muito insensível.

Edler Carvalho (2006, p. 27) afirma:

*Familiares referem-se ao temor de que a inserção de seus filhos nessas classes não contribua, na intensidade desejada, para sua aprendizagem. Ponderam que as escolas não estão “dando*

*conta” dos ditos normais que, cada vez mais, saem da escola sabendo bem menos. E os pais desses alunos alegam que o nível do ensino se prejudica, por que os professores precisam atender aos ritmos e limitações na aprendizagem dos alunos com deficiências, em detrimento de seus filhos “normais”. Os professores alegam que em seus cursos de formação não tiveram a oportunidade de estudar a respeito, nem de estagiar com alunos da educação especial. Muitos resistem, negando-se a trabalhar com esse alunado enquanto outros os aceitam, para não criarem áreas de atrito com a direção das escolas. Mas, felizmente, há muitos que decidem enfrentar o desafio e descobrem a riqueza que representa o trabalho na diversidade.*

De acordo com Chalita (2001, p. 106) “a educação será promovida e incentivada pela sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” O autor além de trazer ideias já abordadas, menciona ainda que o aluno, também o de 17 inclusão, deverá chegar em um momento de sua vida em que vai enfrentar o mercado de trabalho. A qualificação do aluno com necessidades especiais certamente é um aspecto delicado e relevante que precisa ser visto com muita seriedade.

Para Chalita (2001, p. 63):

*Falta incentivo dos pais para que os filhos frequentem a escola e falta incentivo da escola para que os alunos nela permaneçam, como a escola não tem um ambiente social real nem atividade integrada, nem sistema pedagógico, nem entusiasmo, e a criança não traz de casa o que encontrará na escola, cria-se um ciclo vicioso.*

Segundo Ainscow, Porter e Wang (apud CARVALHO, 2006, p. 29) os caminhos para escolas inclusivas passam:

*pela valorização profissional dos professores, pelo aperfeiçoamento das escolas, pela utilização dos professores das classes especiais como professores de métodos e recursos, atuando como consultores de apoio, pelo aperfeiçoamento do pessoal docente, para que atue como suporte para as práticas inclusivas nas escolas, pelo trabalho em equipe e pelas adaptações curriculares, capazes de assegurar o domínio das matérias curriculares, promovendo-se a igualdade de oportunidade para o sucesso educativo.*

Segundo Marchesi, Cool e Palacios (apud RODRIGUES; KREBS; FREITAS, 2005, p. 114):

*A predisposição de professores para a integração de alunos com problemas de aprendizagem, especialmente se esses problemas são graves e têm um caráter permanente, é um fator enormemente condicionante dos resultados que se obtém. Por isso, uma atitude positiva já é um primeiro passo importante que facilita a educação desses alunos em uma escola integradora.*

A abordagem destes autores também é muito relevante, há profissionais que se empenham pouco, devido a sua formação que não corresponde as situações que enfrentam na sala de aula. No dia a dia das escolas tem muitas inquietações e perguntas sem respostas. Na educação como um todo, tem problemas que as escolas não sabem resolver. Existe também aqueles educadores que se desdobram, e além da atitude positiva, fazem muito mais do que tem condições pelos seus alunos com necessidades especiais.

O autor Chalita (2001, p. 96) diz que:

*É a questão da meta que se impõe, do fim, do objetivo que se quer alcançar dentro dos limites que nos são impostos. O administrador de uma escola está inevitavelmente engajado nos problemas ditos corriqueiros e deve resolvê-los com presteza. Por outro lado, espera-se dele que conduza a instituição escolar*



*principalmente nos aspectos estruturais, gerindo com racionalidade os problemas cotidianos inerentes a sua área de atuação.*

Conforme afirma Edler Carvalho (2011, p. 118):

*Em outras palavras, os estudos realizados sobre a estrutura e funcionamento da educação especial evidenciam, não só multiplicidade de concepções administrativas para a educação especial como a baixa correspondência hierárquica entre esses órgãos e aqueles responsáveis pelos demais graus de ensino.*

Os autores acima citados referem-se ao comprometimento do administrador ou diretor de uma escola, mas na verdade toda a equipe diretiva deve estar muito envolvida, por que os problemas ditos corriqueiros também são relevantes e devem ser resolvidos todos os dias, sem minimizar nenhum, dando a devida importância às necessidades dos professores, pais e alunos. Os diretores comprometidos interagem com os níveis superiores da hierarquia educacional buscando recursos para todos, especialmente para as novas demandas dos alunos com necessidades especiais. Os sistemas de ensino devem constituir e fazer funcionar um setor responsável pela educação especial, dotado de recursos humanos, materiais e financeiros que viabilizem e dêem sustentação ao processo de construção da educação inclusiva. (Art. 3º, parágrafo único, RES CNE/CEB Nº 2/2001/MEC).

A inclusão escolar permite muitas abordagens e discussões, a avaliação certamente é extremamente relevante, de acordo com Edler Carvalho (2011, p. 150):

*A avaliação deve ser entendida como fonte principal de informação e referência para a formulação de práticas educativas que levem à formação global de todos os indivíduos. Isso implica, necessariamente, dar a avaliação um outro papel*

*institucional, substituindo a função controladora pela dimensão formadora.*

Os alunos com limitações e necessidades especiais devem ter uma avaliação diferenciada dos demais alunos, pois se os indivíduos são tão diferentes uns dos outros, não podem ser enquadrados em uma avaliação igual e limitadora. O processo avaliativo de alunos de inclusão certamente exige dos educadores um olhar mais atento, avaliações individualizadas quando necessário, mais tempo para realizá-las, diferentes tipos de avaliações, enfim, Isto é o que se conclui.

Conforme afirma Mantoan (apud CARVALHO, 2006, p. 14):

*A inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência e/ou dificuldade de aprender. Os alunos aprendem nos seus limites de e se o ensino for; de fato, de boa qualidade o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada uma.*

Na referência acima também se percebe que a inclusão deve alcançar a todos, mas cada pessoa é única, com seus limites e possibilidades. Na educação como um todo, há situações que a escola não sabe resolver, constata-se que educadores e diferentes teóricos tentam apontar caminhos e soluções, porém numa proporção maior vão surgindo dificuldades e novos desafios, pois na verdade a sociedade toda passa por grandes mudanças, com novas regras e leis, as quais exigem adaptação por parte das pessoas.

Ao longo da história conhecimento evolui; “não há conhecimento estático, tudo está em constante transformação e é preciso que se acompanhem as mudanças no conhecimento para que não envelheça com ele.” (CHALITA, 2001, p. 195). Seria oportuno assimilarmos que o aprender a aprender se renova e não envelhece nunca.

Numa instituição educacional percebe-se, então, que todos os profissionais devem estar envolvidos para que a inclusão se concretize, mas na breve análise que se faz no presente trabalho percebe-se que há esforços a favor da inclusão e também se constata as limitações para que de fato a inclusão se efetive. Menciona-se a seguir mais alguns autores que se referem ao importante papel da psicopedagogia em relação à questão. Como refere Souza (2001, p. 117) a intervenção: “consiste em criar situações tais em que o aluno é chamado a agir mentalmente, integrando suas ações em um sistema de coordenação e de composição operatórias”.

Então, o psicopedagogo intervém em favor de todos os alunos, mas é certo que seu papel se volta principalmente para o aluno com dificuldades e transtornos, buscando ajudar e levar o educando a estruturar o seu aprendizado. Na verdade, este profissional trabalha para otimizar o aprendizado, procurando, se possível eliminar as dificuldades, a situação ideal é a que se busca. De acordo com Souza (2001, p. 118):

*Os objetivos básicos do tratamento psicopedagógico são, obviamente, a desaparecimento do sintoma e a possibilidade para o sujeito de aprender, normalmente ou, ao menos, no nível, mais alto que suas condições orgânicas, constitucionais e pessoais lhe permitam.*

Como refere Souza (2001, p. 121): “a meta da psicopedagogia construtivista é criar condições para que o ser humano possa e queira estabelecer suas relações com o mundo em nível operatório formal”. Encontrase exemplos de superação de dificuldade por parte das pessoas em diferentes tipos de literatura, por isto acredita-se que quantas mais os profissionais que trabalham com alunos de inclusão somarem seus esforços, melhor serão as condições do aluno de inclusão.

De acordo com Macedo (apud SOUZA, 2001, p. 121):

*O fazer é produto da coordenação de ações articuladas no espaço e no tempo com transformações entre objetos orientados à*

*realização do objetivo proposto. Compreender é conseguir dominar um pensamento estas mesmas situações até poder resolver os problemas por elas levantados e desvendar as ligações utilizadas na ação.*

Desejar, planejar, executar mudanças exige muito esforço e boa vontade, é necessário empenho de todos, persistência e estudo. Para Chalita (2001, p. 93) “a mudança, que é fruto da reflexão, enriquece e ensina”, possibilita crescimento e sempre se renova.

### **1.3 Inclusão: atividades práticas e avanços**

Após a revisão da literatura que dá aporte ao presente trabalho e constatando-se pela observação e vivência do cotidiano escolar conclui-se que se faz urgente a efetivação atendimento especializado para educandos com portadores de necessidades especiais. De acordo com a LDB/96, artigo 58 (BRASIL, 1996):

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

A legislação referente ao assunto é clara, deve haver serviços de apoio especializado. Devem-se buscar estes profissionais por parte das escolas públicas para que a inclusão possa avançar. A referida lei, no artigo 59, também determina que deve haver (BRASIL, 1996):

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados.

Vê-se que a lei aponta para o ideal, o qual não se verifica na prática. Entretanto o ideal deve ser buscado. Todos os esforços devem convergir para a lei se cumprir. Cada ser humano é único e deve ser educado conforme suas condições.

Até mesmo aos casos de superdotação deve haver um olhar e um atendimento diferenciado. Deve-se promover a educação inclusiva e valorizar a essência do ser humano.

Dificuldades e obstáculos sempre existiram e serão encontrados sempre, usados como argumentos para muitos para acomodarem-se. Mas não podemos esquecer do imenso potencial humano e o que é impossível hoje, amanhã poderá ser superado. De acordo com Dusik (2013, p. 30):

*Com o advento do paradigma de um sistema educacional inclusivo e de uma sociedade inclusiva, assume-se o compromisso de garantir que as pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema geral de ensino, nem das atividades sociais comuns. Para tanto, adequações precisam ser realizadas com vistas a possibilitar sua efetiva participação em ambientes que maximizem seu desenvolvimento acadêmico, laboral e social, respeitando a dignidade humana das pessoas com deficiência e a promoção de suas potencialidades, aprendizagem criatividade e participação.*

Diferentes autores trazem contribuições diversificadas a partir de suas práticas e vivências. Para Kortmann (2006, p. 235):

*Embora reconheçamos ser difícil apresentar uma postura face à deficiência, que desloca o comodismo social e descaracteriza as diretrizes institucionais, a convicção de que uma saída honrosa para essa problemática é a de partir de ideias construtivistas de educação, nos quais o portador de necessidades especiais possa ser considerado como um ser sujeito, que, orientado seja capaz de adequar-se à realidade cotidiana.*

Dessa forma, é possível pensar que os professores que trabalham diretamente com turmas de alunos tão diferenciados deveriam ter uma formação mais adequada a estas necessidades, deveriam ser contemplados com cursos de especialização para atenderem melhor o seu alunado e, sem dúvida deveriam ser bem melhor remunerados para fazerem planejamentos tão diversificados que atendam bem a todos estes alunos.

Para Cavalcante (2005, p. 43): “o trabalho na sala multimeios dá aos alunos instrumentos para participar da vida na sala de aula e fora da escola”.

De acordo com Rotta (2006, p.19) podemos perceber que:

*Muitas vezes a criança em idade escolar é discriminada e até emocionalmente agredida, pois não está apresentando o desempenho escolar esperado; no entanto, o responsável por tal situação pode estar no ambiente que a rodeia. As dificuldades socioeconômicas e afetivo-culturais podem interferir no ato de aprender, independentemente da vontade da criança. A equipe multidisciplinar e interdisciplinar só tem sucesso quando age de forma integrada com a família e com a escola. Dessa integração resulta um melhor entendimento da situação e um maior aproveitamento, pela criança, das terapias.*

É o que afirma Ferreira (2006, p. 446) ao dizer que: “a aprendizagem acontece em um contexto dinâmico e relacional”. Não é possível tratar a criança independentemente da família ou responsável.

A escola, por mais bem equipada que seja e por melhor que sejam seus profissionais não completa o espaço afetivo dos laços familiares. Crianças que têm acompanhamento familiar, que interagem com a escola vão apresentar um melhor desempenho na sua vida escolar.

Segundo Kortmann (2006, p. 229):

*O fato de uma criança ser especial torna usualmente necessário que os pais tomem mais decisões do que seria o caso com uma criança normal e, em muitos casos, é difícil decidir o que será*

*melhor para a criança. E, por vezes, são decisões muito difíceis que determinam o andamento de suas vidas.*

Constata-se que ao avançar na caminhada escolar o educando precisa confiar no que está fazendo e superar a insegurança (CHALITA, 2001). O mesmo autor enfatiza a questão de investir afetivamente, promovendo uma aprendizagem significativa: no futuro vocês verão em mim um fruto daquilo que plantaram.

Rotta (2006, p. 453) afirma que: “está claro, portanto, que as mudanças ambientais interferem na aprendizagem.” Segundo Rotta (2006, p. 466): “atualmente se entende que o cérebro é capaz de responder à estimulação do meio ambiente, com um aprendizado que tem a ver com as modificações ligadas à experiência.”

Temos então legislação que efetiva a inclusão. Não há como retroceder; alunos com necessidades especiais estão matriculados nas escolas. Porém, não se pode ignorar a referência citada acima. Se o aprendizado ocorre como afirma Rotta (2006) e certamente é assim, então, todos os alunos, inclusive e especialmente os alunos de inclusão responderam melhor a aulas e atividades práticas, ligadas à experiência. Para os alunos com necessidades especiais as salas multimeios já mencionada, salas multifuncionais ou salas de atendimento especializado vão contribuir de maneira muito eficaz para obter melhores resultados com o alunado de inclusão.

De acordo com Chalita (2001, p. 117):

*Para construir a cidadania, urge que o professor utilize outros métodos e traga à baila discussões que despertem em seus alunos tanto ou mais interesse que a TV. As novas tecnologias empregadas pedagogicamente estão à disposição do professor. Da internet à sucata, muito se pode utilizar para envolver o aluno e discutir com ele questões contemporâneas condizentes com os problemas que enfrenta no dia-a-dia, que se relacionam com sua capacidade de melhor conviver em sociedade, que dizem respeito*

*a aspectos aparentemente simples, mas são de uma complexidade impressionante.*

Estas afirmações baseados no autor se referem a alunos em geral. Mas sem dúvida se aplicam a alunos com necessidades especiais, e para estes casos com muito mais ênfase devem ser buscadas, pois como afirma o mesmo autor: “quando há o esforço real, a tentativa continuada de fazer o melhor, o melhor acaba acontecendo.” (CHALITA, 2001, p. 92).

## **2 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao concluir o presente trabalho, revisando a literatura sobre inclusão escolar, constata-se que a inclusão traz para as escolas alunos com todos os tipos de necessidades especiais.

Constata-se que há muita discussão sobre conceitos e terminologias, o que parece um tanto desnecessário, poderia haver mais ações e menos discussões.

Verifica-se, que por ter uma exigência de leis, as escolas efetivam as matrículas dos alunos encaminhados, porém o atendimento educacional especializado que já acontece, está longe de suprir as grandes necessidades dos incluídos. Acontece a inclusão social, mas a inclusão que prepara os alunos para futuros cidadãos preparados anda lentamente. Pode-se constatar que há ações concretas fazendo com que aconteça a efetivação da inclusão escolar, seja em nível local ou mundial.

De ações isoladas a grandes conferências internacionais, observa-se que a inclusão, uma vez determinada pela legislação, está acontecendo de forma lenta, por diversos motivos. Acredita-se que o maior entrave para uma inclusão mais eficaz é a falta de preparo dos professores e tudo é muito recente para se efetivar o processo. Porém, há muitas pessoas envolvidas na busca constante de formas para avançar. Pode-se afirmar, contudo, que mesmo com o que já se faz,



muito ainda há para ser feito, pois como já foi referido os problemas de aprendizagem são muitos, complexos e variados.

Sobre o atendimento educacional especializado, que seria o ideal, o sonho dos educadores para incluir os alunos com necessidades especiais, constata-se que está muito no início nas instituições de ensino em geral. Espera-se que reflexões simples como o presente artigo também sirva para divulgar e incentivar a importância desta prática. Autores renomados foram citados no trabalho informando sobre a importância da experiência, de salas multimeios, com diferentes recursos, atendimento especializado para atender as diferentes necessidades dos alunos de inclusão, indo além da inclusão meramente social.

Pela abordagem feita, acredita-se que com este trabalho foi possível contribuir de alguma forma para efetivar a inclusão escolar, pois é possível construir um conceito de educação especial mais sólido. As pequenas intervenções de cada um podem levar a resultados profundos.

Acredita-se que ações simples podem afetar o curso da inclusão escolar, construindo uma ética que se reflita em novas formas de compreender e tratar com o alunado de inclusão.

A inclusão de alunos numericamente e sem resultados deve ser superada. Profissionais comprometidos devem superar seus medos, confiar no seu potencial e apostar em resultados que as mudanças produzem, passando a ter assim uma prática pedagógica bem sucedida. Como sabemos, tudo muda, acreditamos então que a forma de efetivar a inclusão escolar precisa evoluir com urgência. O conhecimento evolui e todos precisamos nos renovar.

## REFERÊNCIAS

BOSSA, Nádía A. A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática. 2 ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000. BRASIL. Constituição. Brasília: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. Ministério da educação. Secretaria de Educação Especial (SEESP). Política educacional de educação na perspectiva da educação inclusiva. Brasília: MEC, 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB n. 02, de 11 de setembro de 2001. Disponível em: . Acesso em: 04 maio 2014.

BRIDI, Fabiane Romano de Souza. Um breve olhar sobre o início e a história da educação especial. Rio Grande do Sul. Santa Maria, v.17, n.1, 2009. Disponível em: Acesso em: 12 novembro 2013. CAVALCANTE, Meire. A escola que é todas as crianças. Revista Nova Escola, São Paulo, n.182, p.40-45, maio 2005. 26

CHALITA, Gabriel. Educação: a solução está no afeto. 7 ed. São Paulo: Editora Gente, 2001.

DUSIK, Cláudio Luciano. Teclado virtual silábico-alfabético: tecnologia assistida para pessoas com deficiência física. 2013. 193 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: . Acesso em: 10 junho 2013.

DUTRA, Claudia Pereira. Saberes e práticas da inclusão: avaliação para identificação das necessidades educacionais especiais. Brasília, DF: 2006. Disponível em: . Acesso em: 07 abril 2014.

\_\_\_\_\_. Saberes e práticas da inclusão: recomendações para a construção da escola inclusiva. Brasília, 2006. Disponível em: . Acesso em: 07 abril 2014. CARVALHO, Rosita Edler. Educação inclusiva: com os pingos nos “is”. 4 ed. Porto Alegre: Mediação, 2004.

\_\_\_\_\_. Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva. 10. ed. Porto Alegre: Mediação, 2011. FERREIRA, Maria Helena Mariante. Aprendizagem e problemas emocionais. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FRIAS, Elzabel Maria Alberton; MENEZES, Maria Christine Berdusco. Inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais: contribuições ao professor do ensino regular. Paraná, 2009. Disponível em: . Acesso em: 07 abril 2014. PORTO, Olívia. Bases da psicopedagogia: diagnóstico e intervenção nos problemas de aprendizagem. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Wak, 2007.

PRIETO, Rosângela Gavioli. Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil. In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO, Rosângela Gavioli; ARANTES, Valéria Amorim (Org.). Inclusão escolar: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006. p. 31-73.

RODRIGUES, David; KREBS, Ruy Jornada; NAPOLEÃO, Soraia Freitas (Orgs.). Educação Inclusiva e Necessidades Educacionais Especiais. Santa Maria: UFSM, 2005.

ROSA, Rejane Souza da. A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais em escola de ensino regular. Revista Contemporânea, Porto Alegre, n. 06, abril/junho, p. 214-221, 2008. Disponível em: . Acesso em: 13 setembro 2013. 27 ROTTA, Newra Tellechea et al. Transtorno da Aprendizagem: abordagem neurobiológica e multidisciplinar. Porto Alegre: Artmed, 2006.

\_\_\_\_\_. Dificuldades para a aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2006.

\_\_\_\_\_. Plasticidade cerebral e aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2006. SALVI, Inez. A inclusão da pessoa com necessidades educativas especiais no contexto educacional. Santa Catarina, 2002. Disponível em: . Acesso em: 07 abril 2014. SANTOS, Mônica Pereira dos. Educação inclusiva – Redefinindo a educação especial. Ponto de Vista, Santa Catarina: Florianópolis, n. 3/4, p. 103-118, 2002.

SISTO, Fermino Fernandes et al. Atuação psicopedagógica e aprendizagem escolar. 6 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

SOUZA, Olga Solange Herval (Org.). Itinerários da inclusão escolar: múltiplos olhares, saberes e práticas. Canoas: Ulbra; Porto Alegre: AGE, 2008. SOUZA, Aline de Jesus et al. A inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais e os desafios do docente em lidar com isso. Cairu em Revista - Sociedade, Educação, Gestão e Sustentabilidade, [2011]. Disponível em: . Acesso em: 24 nov. 2013. STOBAUS, Claus Dieter; MOSQUERA, Juan José Mouriño (orgs). Educação especial: em direção à educação inclusiva. 3 ed.. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

UNESCO. Declaração de Salamanca. Adaptada pela Conferencia Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: acesso e qualidade. Salamanca, Espanha, 1994. WALLON, Henri. A evolução psicológica da criança. São Paulo: Martins Fontes, 2007.



## **ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM ALUNO COM AUTISMO**

GISELE CRISTINA MACHADO

### **1. O MOVIMENTO DA INCLUSÃO: PERSPECTIVAS DE UMA ESCOLA DIFERENTE**

A educação no Brasil, durante muito tempo, vem de um processo de muitas mudanças. Podendo destacar que desde o período em que a igreja católica procurou educar os índios, tendo como primeiros educadores os jesuítas até as mudanças atuais. Naquele tempo os colonizadores portugueses buscavam interesses de exploração e comércio na colônia o que demonstrava, já desde o início, o interesse equivocado da educação brasileira. Este elemento histórico vem demonstrar que os interesses políticos e econômicos interferiram demasiadamente nos processos educativos do Brasil.

Um projeto de qualidade para a educação é dado passos lentos e sendo problematizado pelos setores políticos, econômicos, culturais e sociais. Partindo desta reflexão, vamos pensar na estruturação das mudanças na proposta de educação escolar com viés na inclusão. Sabemos que o processo de inclusão é recente, ocorrendo a partir de interpretações da constituição de 1988, portanto, a pouco mais de 26 anos.

Nesta Lei coloca-se a educação com Esta Declaração assegurou o direito das pessoas com necessidades educacionais especiais em termos de mudanças de paradigmas na escolas., trazendo um olhar diferenciado a realidade e ao sujeito inserido na escola.

O princípio que orienta esta Estrutura é o de que escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajosos ou marginalizados. Tais condições geram uma variedade de diferentes desafios aos sistemas escolares. No contexto desta Estrutura, o termo "necessidades educacionais especiais" refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994)

Partindo desta consideração podemos ver a preocupação com as demandas sociais na política instituída, originando grande influência na Lei das Diretrizes e Bases da Educação em 1996, no sentido de centralizar a educação pela diferença, pela inclusão. A proposta inicial da LDB manteve-se pela construção dos interesses políticos que permaneceu com as ideias e o apoio do presidente Fernando Henrique Cardoso, nesta situação se tornou de fundamental importância, pois é a partir destes interesses que as políticas da educação inclusiva começam a se firmam no Brasil. Alguns artigos chamam atenção pela sua grandeza, como o artigo 5º que demonstra uma leitura clara e objetiva sobre os fundamentos principais da educação brasileira, além de manifestar o poder do Estado em legitimá-lo em sua exigência e permanência. Vejamos o Artigo 5º da LDB:

*O acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação*

*comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigí-lo.*

Trago este Artigo da LDB colocando que as interpretações do direito ao acesso ao ensino público são garantidas pelo poder público, sendo um direito de 10 todo cidadão. A reflexão deste artigo coloca os alunos com necessidade especial no público alvo da educação básica, pois tem direito assegurado, e atribuído à todos sem distinção de classe ou raça considerando o direito ao ensino para as pessoas. Iniciando assim o movimento da inclusão escolar nas instituições escolares.

Com certeza a inclusão destes alunos se tornou desafiadora, sendo uma forma diferente e particular de olhar para o sujeito inserido na escola mostrando a valorização da diferença numa manifestação de interlocução entre os grupos sociais. A lógica da inclusão reconhece e valoriza estas diferenças, de forma distinta ao movimento integracionista, que busca normalizar o sujeito.

Neste caso, a diversidade é inerente ao ser humano, a busca de atender as necessidades do sujeito em sala de aula coloca a educação no desenvolvimento de todos, sendo sim inerente também da condição humana promover vivências coletivas e educativas na relação com o Outro. Nas escolas brasileiras este processo está sendo gradual e com caráter político, como uma ação especial. Neste caso, se tratou de um diferencial na educação, já que assegura acesso ao ensino regular aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. As ações políticas procuram assegurar que os alunos estejam participando do aprendizado que é seu direito.

Assim, o contexto educacional visualiza dois marcos importantes de movimentos que se organizou no Brasil: o da integração e da inclusão. Estes pontos da política são abordados por Larissa Maciel Gonçalves Silva, 2007, que afirma que é necessário um preparo educacional dos profissionais da educação

para garantir o acesso a educação de forma a estar propondo envolver os sujeitos em seus aspectos físico, funcional e social, fazendo com que a distância das diferenças sejam menores na escola.

Na Política Nacional para a “integração da pessoa portadora de deficiência” tem um conceito que se manteve por um bom tempo, fazia destes sujeitos amparados ao direito a educação como todos estão assegurados na lei maior do Brasil. Mas seus princípios gerais eram de integrar um olhar ao deficiente e não ao sujeito buscando sempre ver este aluno como portador de algo. Mantendo a integração num contexto sócio cultural enraizado na sociedade e que estabeleceu pouca evolução.

Agora poderíamos ainda pensar que todas as crianças podem aprender e que historicamente isso não se comprovou, podendo perceber que a educação inclusiva deseja compreender o aluno dentro das suas possibilidades. Para este avanço é necessária mudança nas concepções das pessoas no grupo social e sua aceitação, abandonar a ideia da criança perfeita e que todos aprendem no mesmo tempo pensando no processo de aprender para o diferente e não só alunos com necessidades especiais.

Os alunos no sistema de integração são visualizados como se tivessem o mesmo tempo e forma de aprender, precisando, desta forma, estar inserido no grupo. No entanto, em termos educacionais representam grandes diferenças. Para um ensino integrado, a criança é vista como sendo portadora do problema e necessitando ser adaptada aos demais estudantes, ou seja, que poderiam reabilitar-se. O ensino integrado é como um passo em direção à inclusão, no entanto sua maior limitação era a interação do sistema escolar, apenas algumas crianças eram integradas.

Já no movimento de inclusão o que muda é a perspectiva e o sentido da escola precisar adequar-se ao aluno, dando outra conotação ao sujeito com necessidades específicas, colocando-o como participativo das situações escolares. E não sendo “portador” e sim tendo “possibilidades” considerando o processo de construção da aprendizagem necessária para cada educando.



O ensino inclusivo toma por base a visão de que a deficiência é diferenciada, e que a criança possui habilidades e suas capacidades se diferenciam adaptando novas formas de reconhecer a realidade destas crianças como diferente.

Neste caso, é necessário que as escolas e os sistemas de educação modifiquem-se transformando toda a dinâmica da escola, fortalecendo os vínculos, e assim, entendendo às necessidades individuais de todos os educandos. A inclusão não significa tornar todos iguais, mas respeitar as diferenças. Isto exige a utilização de diferentes métodos para responder às diferentes necessidades, capacidades e níveis de desenvolvimento individuais. Neste movimento são todos que ganham o acesso a educação, mas o desafio está na escola adequar-se as mudanças e o professor que necessita de mais formação e conhecimento para trabalhar com a diferença em sala de recurso. Pensando nestes movimentos, pensamos nas políticas de inclusão educacional que considera as diferenças e na realidade escolar como uma possibilidade para produção da identidade da diferença. Assim, é necessário a referência de que somos amparados por leis normativas que descrevem as questões legais que nos sustentam.

O Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade de 2003 disponibiliza equipamentos, mobiliários e material pedagógico para que sejam implantadas as Salas de Recursos para viabilização do atendimento no AEE. São espaços (salas) destinados ao atendimento dos alunos com necessidades educacionais específicas que estão inseridos na educação regular por meio da política de Educação Inclusiva/2008. Trata-se de salas com materiais diferenciados, além de contar com profissionais preparados especificamente para o atendimento às diversas necessidades educativas especiais dos educandos.

Desta forma, a LDB/96 e a Constituição Federal de 1988 dão ênfase no acesso a educação e ao atendimento educacional especializado para todos, mas que na realidade e com os esclarecimentos da Política Nacional de Educação

Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva/2008, entende-se que a sala de recursos possui um objetivo claro e determinado público ao atendimento ao AEE – sala de recurso - política na qual encaminha mudanças para a educação na proposta de inclusão. Este novo espaço de acesso ao conhecimento em transformação nas instituições escolar, pois busca entender a inclusão como igualdade pela diferença ao atendimento pedagógico na escola.

Nesta proposta começa a implantação da proposta elencada na declaração de Salamanca que coloca a aceitação de todos na escola, que nossa constituição prevê e prioriza. A LDB também assegura o direito de estar e aprender e a acessibilidade físico e social ao ensino. Pensando na evolução do movimento da educação especial percebe-se que ainda é recente e pouco avançou, mas a LDB de 1996 traz a concepção mais próxima do desenvolvimento da proposta de inclusão e sua transformação do sistema educacional em responsabilidade aos alunos com necessidades buscando um ensino de qualidade para estes alunos.

Entretanto, começou os primeiros desafios dos professores em trabalhar com a diferença ocorrendo resistência pela formação, iniciando novo processo de implantação de recursos pedagógicos e de formação para os professores em atuar com os alunos “deficientes” criando as classes especiais. Tornou-se o marco da educação inclusiva e que atualmente se trata da evolução da sala de recurso –AEE (Atendimento Educacional Especializado) recolocando o olhar para os alunos com necessidade específicas na escola regular e sua participação integral em dois momentos distinto a interação social e pedagógica da sala de aula e o atendimento especial com um professor habilitado para suprir suas demandas e dificuldades.

Este profissional coloca em debate o lugar dos alunos em sala regular e auxilia a escola com os gestores e o professor da sala regular nas demandas do trabalho escolar, fazendo ponte entre o conhecimento da situação apresentada e as condições de aprendizagem pela superação e habilidades a serem desenvolvidas. Colocando um novo olhar as questões educacionais ao viés da

inclusão, garantindo ao aluno maiores condições de seguir na sua aprendizagem e profissionalização podendo estar no mercado de trabalho, desta forma, inserido no meio social em qualquer instancia.

No livro “Pontos e contrapontos”, Mantoan, 2006 e demais autores consideram vários elementos da inclusão, mas a que gostaria de destacar é o texto da Rosângela Gavioli Prieto, 2006 “Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais – um olhar sobre as políticas publica de educação no Brasil”, a autora coloca os pontos entre a inclusão no ensino regular e a diferença perante as políticas públicas de educação para todos.

Realizando diálogos e reflexões acerca das mudanças do ensino proposto que seria o atendimento educacional especializado (AEE), para que compreendemos o papel deste atendimento na escola, sendo necessário elaborar e organizar espaços de aprendizagem. Começa a se organizar princípios e concepções entre a interação e a inclusão escolar, mostrando a ideia que é necessário conhecer a realidade que circula para estimular pedagogicamente os alunos. Sendo necessário novo conhecimento surgindo uma modalidade de ensino o professor da sala de recurso.

Prieto (2005) considera que a educação inclusiva em sido caracterizada como um novo paradigma e que o preço constitui à diversidade e rompe com a instituição tradicional de aprendizagem. Colocando que o objetivo do atendimento é o aluno com necessidades especiais, através das políticas públicas educacionais construímos alternativas diferenciadas e importante para a leitura atual da sociedade.

Ainda aborda dados estatísticos para fundamentar suas ideias de evolução mostrando o desenvolvimento e as perspectivas de mudança que estão ocorrendo através deste programa de inclusão colocando que ainda é necessário mudanças, isso porque aponta etapas da educação básica que ainda não possui muitos dados, portanto, precisa considerar como a educação superior e a educação de jovens e adultos.

As competências e valores que as escolas necessitam observar retomando novamente a Constituição, ressaltando os pontos de formação dos professores e das escolas. Deixando a mensagem que estas normatizações e questionamentos precisam sempre mais estudos, tendo impacto nas ações no sistema de ensino. Em sua consideração final coloca reflexões sobre o atendimento especializado principalmente observar o acesso a escolarização destes alunos e que o profissional seja qualificado.

A inclusão escolar necessita mais aprofundamento teórico e de conceitos e valores para um bom desempenho das diferenças que se apresentam na atualidade, sendo, um novo desafio da profissão. Desta forma, o primeiro desafio esta no que motiva o professor já na escolha da profissão e seu desenvolvimento necessário de aperfeiçoar o conhecimento que é necessário.

O segundo ponto é o papel que o docente desempenha, o processo de planejar, acompanhamento dos gestores, da família numa pratica cooperativa ou será solitária, destacando que precisa ser conjunta fortalecendo -a. O terceiro ponto é entender as dificuldades, mas que também é necessário observar a experiência e adequar cada caso precisando sanar as dificuldades com o trabalho coletivo.

A educação inclusiva é um desafio porque as escolas não foram pensadas para atender as diferenças, e a sociedade e a escola precisam produzir espaços reflexivos e de estratégia de trabalho para lançar um novo olhar para as praticas educativas. A formação pedagógica dos professores deve estar pautada numa pedagogia da diferença devendo considerar os seguintes critérios: os saberes; as competências e as atitudes.

A primeira considera o conjunto de conhecimento e ressalta o quanto é necessário planejar, conhecer e avaliar. Na segunda dimensão das competências ele ressalta o pilar do Saber Fazer e assim, refletir e assumir as responsabilidades deste trabalho muito importante na educação atualmente. E a terceira dimensão a da atitude sendo fundamental que o educador veja no aluno

as possibilidades de processo e assim eliminar as barreiras que impedem de trabalhar com as diferenças.

Então aponta a sala de recursos para um atendimento que possibilita o desenvolvimento e a superação daquilo que está limitado mostrando as dificuldades fundamentais e que o professor especialista precisa constantemente provocar e permitir o desenvolvimento desses alunos, para finalizar defende que os dois: escola comum e o AEE precisam acontecer concomitantemente e que o aluno é a fonte de tudo.

A Lei ampara estes alunos, partindo da prática da educação especial e os desafios de acolher o acesso deste público nas escolas possibilitando espaços e programas que favoreçam o acesso livre no ambiente escolar. Este recurso como uma proposta a serviço da escola, pois busca alternativas criativas de valorizar o outro em ações participativas, mas que ainda está sendo construída.

Colocando os materiais escolares e pedagógicos específicos do AEE, tendo a imagem para auxílio de entendimento além de colocar a formação dos professores para a inclusão trazendo os contextos culturais inclusivos e as possibilidades de criar na escola as dimensões culturais de espaço de criação de cultura social de inclusão eficaz pela diversidade. Tendo base o percurso da 16 inclusão considerando a formação continuada considerando que é neste lugar que é possível a transformação.

O trabalho realizado pela professora especializada no AEE tem como objetivo a estimulação e acompanhamento para contribuir na aprendizagem significativa do aluno. Para isso a atividade de leitura frente as possibilidades do educando pressupõe um objetivo, embora não consolidada pelas crianças, o ensino caracteriza-se pela construção. No qual o professor necessita de estudo e elaboração de critérios para a aprendizagem destes alunos, portanto, é preciso observar as necessidades de cada um considerando as referentes crianças.

Se faz necessário obtermos mais conhecimento das leis que regem o país e assim, buscarmos desvendar as possibilidades do trabalho educacional brasileiro para uma qualidade eficaz. Neste sentido as barreiras do ensino

inclusivo está na invisibilidade destes sujeitos no viés das interações e construções sociais em busca do lugar na escola e nos ambientes profissionais, seja na educação ou no trabalho, a lei incentiva a iniciativa na busca de ações políticas de inclusão.

Hoje a educação especial está numa situação conflituosa muitos ainda não estão preparados para as mudanças, poucos se responsabilizam, e necessitamos ainda conhecer mais do potencial destes sujeitos não se tratando do deficiente e sim do sujeito diferente. E assim, transformar o conhecimento de formas a considerar as diferenças. Neste aspecto, as escolas precisam refletir mais na proposta que está sendo valorizada a cada passo e abrir mais espaços de diálogo para que o ensino se estabeleça mais consistente.

Partindo deste embate, propomos discutir os avanços que ocorrem na iniciativa da inclusão escolar, sentindo a importância do encaminhamento quando necessário, pois atualmente se busca muito o professor da sala de recurso para outros fins e não na construção de diminuir as barreiras da inclusão.

Para isso, é necessário certo cuidado, com isso, se organizou a avaliação de forma cuidadosa para os alunos incluídos mantendo uma conduta ética e de responsabilidade. É portanto, dever do educador estar atento as diferenças e viabilizar as estruturas avaliativas para não cair no senso comum de que todos são alunos da sala de recurso. Agora veremos no capítulo seguinte como se organizou a estrutura política da sala de recurso e sua avaliação dentro do sistema educacional.

## **2. ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) NO PROCESSO DA ESCOLA INCLUSIVA**

O avanço das políticas públicas para a educação inclusiva se caracteriza pela manutenção ao acesso na oferta de espaço pedagógico, na prática educativa e na execução das possibilidades em termos de ação na formação destes alunos inseridos na instituição escolar. O movimento da escola inclusiva é recente, data

de 1990, e sua política de implementação é realizada em pequenos passos, necessitando avançar mesmo que ocorrendo muita resistência.

Para muitos o movimento de inclusão está mais preocupado com os índices quantitativos do que com o próprio processo de aprendizagem dos sujeitos da educação especial. Mas o AEE se caracteriza como a possibilidade de um melhor atendimento a estes sujeitos, priorizando o complemento e suplemento deste processo como apoio pedagógico oficializado pela sala de recurso, demandando um novo campo de atuação.

Este elemento nas escolas foi construindo novo momento organizado pelas políticas públicas, e assim, criando alternativas de construção pedagógica mostrando alternativas de auxiliar o professor da sala de aula e o próprio aluno, valorizando os embates do caminho da inclusão em sala de aula.

O que é a sala de recurso – AEE Atendimento Educacional Especializado, nestas circunstâncias importantes para o movimento inclusivo? As políticas de educação inclusiva contribuíram na oportunidade de muitos alunos estarem na escola regular com apoio educacional importante, mas os professores da sala regular queixavam-se de não ter formação. Para isso foi necessário ações diferenciadas, desta maneira, a Resolução de 2/2008, oportuniza novos elementos ao atendimento destes alunos na Educação Básica.

A sala de recurso tem como função flexibilizar o desenvolvimento da aprendizagem ao aluno tendo como importante enfoque eliminar as barreiras do processo de ensino aprendizagem. Oferecendo com isso recursos fundamentais para sanar suas dificuldades e ao mesmo tempo buscar enriquecer as habilidades, destacando o Art.2º da resolução nº4/2008 quando diz:

*O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem. Parágrafo único. Para fins destas Diretrizes, consideram-se recursos de acessibilidade na educação daqueles que asseguram condições de acesso ao*

*currículo dos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, promovendo a utilização dos materiais didáticos e pedagógicos, dos espaços, dos mobiliários e equipamentos, dos sistemas de comunicação e informação, dos transportes e dos demais serviços.*

A resolução traz alguns elementos assegurados pelo AEE e começa a elaborar sua importância na educação básica com o intuito de buscar e fortalecer o aprendizado como um todo. Com isso, começa a viabilizar condições melhores ao sujeito com deficiência, mas todos os demais alunos que possui certa mobilidade reduzida abrindo o olhar aos diferentes na sala de aula.

É também na resolução que se delimita o público alvo da sala de recurso, elemento importante para não cair no senso comum que todos os alunos com dificuldades de aprendizado devam ir para sala de recursos. Além de fazer com que os professores da sala regular procurem compreender e analisar quem é o público da educação inclusiva com mais responsabilidade.

A formação do profissional do AEE também tem destaque nesta resolução, fazendo o professor buscar especialização na área da educação especial. Formação esta que deve considerar o público alvo da educação especial de forma generalista.

Vejamos o público alvo que tem acesso a sala de recurso multifuncional – AEE determinado na Art. 4º da resolução nº4/2008:

Para fins destas Diretrizes, considera-se público-alvo do AEE:

I – Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial.

II – Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de



Asperger, síndrome de Rett, transtorno de integrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.

III – Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

Analisando os alunos incluídos do público alvo é possível fazer apontamentos para não ocorrer encaminhamentos equivocados das crianças com dificuldades mais pontuais que seguem na aprendizagem sendo fornecido os laboratórios de aprendizagens e apoios específicos. Agora já os alunos com certos comprometimentos maiores não conseguirão seguir sem serem estimuladas e seguidas pelas orientações do professor da sala de recurso fortalecendo sua inclusão.

Com isso, o atendimento educacional especializado que está nas demandas da Lei e Decretos não deve ser entendido como substitutivo à escolarização, isso porque foi pensada como uma prática educacional com objetivo de viabilizar a qualidade do ensino dos educandos no processo de educação básica. Já que muitos dos alunos possuem dificuldades específicas e que na sala de recurso com o professor especialista irá desenvolver habilidades e competências para a promoção de aprendizagem do mesmo modo em seu desenvolvimento no decorrer dos níveis escolares.

Desta forma a escola precisa organizar-se para estas demandas e promover a educação inclusiva dos alunos com necessidades especiais que desde 2008 tem garantido seus direitos de estar na escola e receber o atendimento educacional especializado – AEE mediante a matrícula no ensino regular.

O Decreto nº 6.571/2008 tem como objetivo principal trazer as determinações do funcionamento do AEE. Foi neste Decreto que se pensou em ressaltar o atendimento que engloba todos os tipos de deficiências. Surge com

o intuito de orientar o estudo de atividades pedagógicas e recursos para complementar a aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Para tanto, propõe a obrigatoriedade da matrícula dos alunos da Educação Especial na rede regular de ensino e a oferta do atendimento em turno inverso, orientando também a formação do professor e a inclusão do AEE no projeto pedagógico da escola. Neste documento as Salas de Recursos Multifuncionais colocam seus objetivos e informações para a implementação do sistema de ensino sobre as ações partindo do Projeto Político Pedagógico da Escola. Seus professores precisam trabalhar em conjunto com os professores do ensino regular e tendo como suporte de participação das famílias numa troca de informação e de auxílio para o ensino/aprendizagem do aluno.

Ressalto que o Decreto nº 6.571 de 2008 formaliza o apoio financeiro do FUNDEB, e o Decreto nº 7611/2011 complementa os benefícios do AEE. Estes dois documentos que tem diferença de três anos trazem as fundamentais mudanças referentes ao AEE.

O Decreto Nº 7.611, de 17 de Novembro de 2011, especifica mais o atendimento educacional especializado e da outras providência, vejamos as diretrizes estipuladas no Art 1º :

I - garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades;

II - aprendizado ao longo de toda a vida;

III - não exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência;

IV - garantia de ensino fundamental gratuito e compulsório, asseguradas adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais;

V - oferta de apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação;

VI - adoção de medidas de apoio individualizadas e efetivas, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena;

VII - oferta de educação especial preferencialmente na rede regular de ensino; e

VIII - apoio técnico e financeiro pelo Poder Público às instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial.

§ 1º Para fins deste Decreto, considera-se público-alvo da educação especial as pessoas com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação.

§ 2º No caso dos estudantes surdos e com deficiência auditiva serão observadas as diretrizes e princípios dispostos no Decreto no 5.626, de 22 de dezembro de 2005

Concretizando novo momento na efetivação da inclusão e do AEE, surge em 2011 a Nota Técnica N° 002 que no documento autoriza os estudantes da educação especial em ser e estar atuante na escola dispondo de seus direitos, oferecendo seu pleno acesso à educação em igualdade de condições. Na norma técnica ainda coloca a educação especial como uma modalidade transversal complementar ou suplementar à escolarização, em níveis, etapas e modalidades de ensino, oportunizando recursos e serviços para sua utilização no processo de ensino e aprendizagem, seja nas demandas de sala de aula ou no atendimento educacional especializado.

Outro elemento importante a destacar é a concepção do lugar da escola inclusiva como ponte fundamentada pelo reconhecimento das diferenças e na aprendizagem centrada nas potencialidades dos estudantes. Com isso aponta uma política centrada no desenvolvimento e na educação num contexto de articulação com as demais práticas dentro da escola.

O mais importante dos princípios da Política em educação inclusiva aponta na norma técnica como uma ratificação das tendências já apresentadas

pela Conferência Nacional da Educação – CONAE/2010, que em seu documento final dispõe:

*“Na perspectiva da educação inclusiva, cabe destacar que a educação especial tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas turmas comuns do ensino regular [...]”.* (Brasil, 2010).

A partir destes elementos a proposta ganha força e importância para o desenvolvimento de um Projeto Político Pedagógico que viabiliza a intencionalidade da política na escola junto com as demandas políticas da educação inclusiva e assim, elimina as barreiras. Forçando o entendimento dos documentos, seja da escola ou fora dela baseia-se na superação da diferença social nas escolas.

Desta maneira observamos que a avaliação é parte integrante do processo na escola, além de necessitar de um olhar diferenciado ao fazer pedagógico e de dinâmica da escola. Ocorrendo momentos separados e específicos importantes na reafirmação de uma educação especial e cuidadosa. A proposta de avaliação deve conduzir a um processo dinâmico de reflexão sobre o papel dos sujeitos (gestores, professores, estudantes, famílias e sociedade) na garantia do direito das pessoas com deficiência a um sistema educacional inclusivo.

O processo de avaliação é algo constante voltadas as ações do ensino/aprendizagem de todos os sujeitos inseridos na escola. Seu caráter está na própria proposta da escola quando oportuniza reflexões e abertura na sua execução, podendo estar às voltas das emergências provocadas pela inclusão nas escolas e na relação com os meios legais das políticas avaliando seu processo.

Propondo aos gestores a definição acerca da avaliação da política educacional e sua implementação nas escolas da rede pública, chamando a comunidade e demais órgãos defensores do direito à inclusão para contribuir e

fortalecer as ações que asseguram seus direitos. A decisão, portanto, corresponde ao encaminhamento que é dado pelas instituições, sejam públicas ou de educação especial, sendo necessário avançar na efetivação do direito a na oportunidade de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis.

Para que a inclusão ganhe mais espaço na escola terá que observar a Gestão Escolar, sendo importante o olhar na prática de uma gestão democrática, compartilhada e participativa. Construída no diálogo e na intervenção família escola e comunidade. Uma escola que desenvolve pensamentos de gestão democrática baseia-se na qualidade do ensino e na postura ética profissional visão o sujeito da escola. O maior desafio é poder inserir o diferente não apenas o da sala de recurso, mas o com transtornos emocionais e dificuldades de aprendizagem que gera angústia.

Portanto, os caminhos da inclusão no Brasil são um avanço de conceito e aceitação para então melhorar as condições da educação coisa que se estabelece com pequenos e acentuados recursos e a sala de recurso é um destes elementos de apoio para conseguirmos acentuar a aprendizagem dos alunos com necessidades específicas. Assim, ainda procuramos um ensino de qualidade e a escola absorve todas as diferenças observamos o andar do percurso da inclusão que ainda está em transformação nas escolas.

### **3. O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: COMENTÁRIOS DE UMA PRÁTICA**

Partindo do tema inclusão trago uma experiência positiva para com um aluno autista, no qual o olhar ao sujeito deficiente deve estar na evidência de análise dos processos sociais e políticos, construindo uma relação exemplar nos diversos âmbitos que interagem na escola: o professor, o aluno, o especialista e a família.

Desta forma, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) possibilita atividade exploratória e de autonomia no espaço escolar. Apontando o que é necessário desenvolver a partir das necessidades especiais dos alunos,

identificando suas possibilidades e colocando a diferença de uma criança com o potencial para diferenciar e criar estratégias.

Devemos considerar que a participação das crianças deveria existir, priorizando os diálogos entre sujeitos que remetem ao vínculo indispensável entre signo e a significação. Como acontece nas práticas atualmente, as estratégias de aprendizagem são elencadas pelos encaminhamentos para sala de recurso, sendo importante relatar neste momento o que foi fundamental para dar o diagnóstico e futuro encaminhamento a sala de recursos.

Com isso, fiz desta prática escolar uma maneira de buscar compreender como acontece o movimento de inclusão e os encaminhamentos dos alunos com necessidades educativas especiais para as salas de recurso, vendo como ocorre na prática escolar.

Neste capítulo será apresentado às análises das entrevistas realizadas com a família, no caso a mãe de um aluno com diagnóstico de autismo. Para este aluno utilizarei letras para respeitar seu anonimato (A) referindo a criança e (M) para mãe do mesmo, também são relatados as entrevistas das professoras (SR) para a professora da sala de recurso e (SA) professora da sala de aula que atendem o respectivo aluno no segundo ano. Pontuando as trocas que ocorreram em constante evolução entre escola, família e comunidade já que montou-se um grupo para buscar entender o Autismo frente a comunidade no município.

O AEE para as pessoas com necessidades específicas mostra que são necessários uma atuação complementar, ou seja, pautado na necessidade e particularidade do aluno. Trazendo para as escolas uma forma diagnóstica de perceber estes alunos, trabalhando no sujeito as estruturas mentais mostrando como o sujeito lida com o conhecimento. Devemos ter um profissional de conhecimento destes diagnósticos e o professor especialista da sala de recurso busca atender as demanda de trabalho da inclusão nas escolas este acompanhamento é sistemático, é abrangente, pois está na concepção de possibilitar ao aluno maior encontro com a aprendizagem.

O AEE possibilita o desenvolvimento e a superação de comportamentos e atitudes, mostrando as dificuldades fundamentais e que o professor especialista precisa constantemente provocar e permitir o desenvolvimento desses alunos, para finalizar defende que os dois: escola comum e o AEE precisam acontecer concomitantemente e que o aluno é a fonte de tudo.

O desafio de acolher este público nas escolas esta em trabalho constante e em evolução, os programas que favorecem o acesso livre no ambiente escolar vem crescendo. Este recurso AEE valoriza a proposta pedagógica a serviço da escola, pois busca alternativas criativas de valorizar o outro em ações participativas.

Nesta proposta, metodologicamente foram desenvolvidas entrevistas semi- estruturadas com professores e a mãe do aluno, no intuito de ter uma base de questões a serem exploradas e na medida em que não está fechada em uma resposta, podendo ser flexível nas construções durante a conversa. Mas, sem dúvida, necessitamos observar o contexto da escola e os vínculos que se estabeleceram na construção da inclusão particular de cada escola. A fim de buscar entender como esta ocorrendo a proposta de incluir e desenvolver os caminhos desde o diagnostico ao aprendizado na escola.

Além das entrevistas foram realizadas observações do contexto da escola em situações informais, buscando otimizar a interação de escuta das diversas pessoas e assim perceber as possibilidades desenvolvidas no atendimento do aluno pesquisado. Foi, portanto, entrevistada a professora da sala regular que também acompanhou a evolução do aluno na escola, da professora da sala de recursos que apresenta maior conhecimento para o trabalho com o aluno com autismo de maneira a buscar referência na família que oportunizou o olhar diferenciado na escola. E a mãe do aluno podendo perceber as preocupações e angústias na busca de entender o autismo e as possibilidades de diagnóstico.

Além de ter sido realizado observações e diálogos com demais setores da escola como a cozinheira, as monitoras, as secretárias todas sabiam falar do aluno mostrando o vínculo construído pela troca constante da família na escola.

Estes dados, não serão relatados na pesquisa, mas foi importante para perceber que foram aos poucos todos os membros da escola, desde a educação infantil ao médio, mostrando a busca de ações que otimizaram a informação formando conceitos e destruindo barreiras.

Entrevistando a professora SA relata que no início percebia um discurso que dizia “este menino deveria estar na APAE não é lugar da escola” hoje é diferente e só foi possível pela interação construída pela escola e a família. Ela comenta “a mãe de (A) explicou para toda escola o que o filho dela tem uma maneira simples de se comunicar e que todos entenderam e o respeitam” o que faz com que esta informação seja ponto crucial para conhecer as limitações e possibilidades na inclusão deste aluno.

Ao buscar o histórico da família constatou ser o único filho do casal sendo mãe aos 21 anos e o pai aos 27 anos, sendo extremamente novos. Não acreditavam inicialmente que seu filho pudesse ter algo, destacaram que começaram a perceber alguns sinais de diferenciação a partir do primeiro ano quando chamavam e ele não ouvia.

A busca medica não se constatou problemas, pois nos exames nada se confirmou, esta luta de descoberta perdurou ate os 2 anos, onde surgiu a suspeita de autismo. A partir daí a busca pelo diagnóstico continuou e somente confirmado aos 6 anos.

A família a partir dai iniciou a conhecer mais o autismo e construir estratégias para ajuda o menino utilizando de recursos profissionais para atender seu filho. Hoje sempre que solicitada para falar sobre o autismo está disposta, já realizou na escola e em outros eventos falando da vivencia com o Autismo, a família toda se modificou em beneficio da criança vindo para Ijuí para auxilio dos avós, apresentando uma boa estruturação familiar e de aceitação buscando enfatizar os avanços do filho como uma vitória significativa e prazerosa.

Para tanto é necessário perceber que o autismo possui características próprias. A mais evidente é a inabilidade para interagir socialmente, mas



podendo ter graus de comprometimento específico para cada sujeito variando de leve ao mais grave que incapacita socialmente. O mais instigante para os estudos são a precocidade do sintoma, mas que em sua maioria das vezes se busca avaliação depois dos 3 anos. É um diagnóstico extremamente clínico levando em conta o histórico do paciente tendo como base o DSM-IV ( manual de diagnóstico e estatística da sociedade norte americana de psiquiatria)

Outro elemento crucial para atender alunos com Autismo é entender a brincadeira e o jogo, são construções significativas e muito pouco interessantes para o simbolismo e faz de conta, para eles não há muita ou quase nada de importância e o jogo são muitas vezes nem pegado tudo é jogado ou apenas enfileirado.

Os pais deste menino são jovens que residiam em Brasília quando casou e souberam da situação do filho retornaram a Ijuí para obterem maior auxílio. Este dado é importante para entender que o aluno com autismo veio para escola próximo da sua casa cria relação de comprometimento e segurança. Atualmente o menino tem 9 anos e frequenta a sala de recursos e a sala comum do ensino regular.

É fundamental conhecer o contexto para então entender como ocorreram as demandas de construção de estratégias para o seu atendimento na escola. Estes elementos juntamente com as entrevistas pontuaram a importância de conhecer e não apenas julgar e diagnosticar “esse aluno é da sala de recurso” mostrando como é fundamental nos apropriarmos do que é a inclusão e como trabalhar não apenas a família e a escola e sim todos os sujeitos dentro da escola e fora.

Desta forma, buscando através das questões relacionar diretamente o procedimento realizado no encaminhamento da família e suas observações perante o olhar de mãe e a construção diagnóstica e também como a escola realizou o encaminhamento para a sala de recursos.

Vamos ressaltar em partes a pesquisa realizada, primeiramente a professora da sala regular (AS) que tem como formação o magistério e

graduação incompleta atualmente em Pedagogia. Ao ser questionada sobre como percebe os encaminhamentos dos alunos para a sala de recursos aponta como necessário, mas que não deve ser generalizado, pois considera avaliação o ponto fundamental para investigar as necessidades da criança para não cair no senso comum.

Acreditando que a sala de recursos como atendimento especializado, auxilia diretamente nas necessidades do aluno, considerando o desenvolvimento dos mesmos. Ao ser questionada sobre o encaminhamento para a sala de recursos multifuncional e o que espera de retorno para os alunos e para a organização dos seus planejamentos, destaca

*“Ao encaminhar um aluno para a sala de recurso, acredito que este terá um bom atendimento, de um profissional que tem conhecimento sobre diversas formas de trabalhar, e que sabe a melhor forma de estimular o desenvolvimento deste sujeito, sendo assim, o professor conseguirá realizar um bom trabalho em sala de aula, tendo o apoio desse profissional da sala de recurso inclusive no planejamento” (SA ).*

A professora (AS) demonstra ter conhecimento das ações apresentadas no decreto 6571/08, onde menciona que o atendimento educacional especializado (AEE) é o conjunto de atividades pedagógicas e recursos, utilizados de maneira a complementar ou auxiliar na formação dos alunos com necessidade educacionais especiais. E destacando o decreto 7.611, DE 17 de Novembro de 2011 que dispõe sobre a educação especial. SA conhece e está ciente destes parâmetros legais que fundamentam a prática educativa e destaca que “conhecer estas leis fortalece a prática da educação inclusiva”.

Ao ser questionado da frequência dos encaminhamentos para a sala de recursos e o retorno destes encaminhamentos diz que não precisou encaminhar nenhum aluno, mas que possui o aluno com autismo, e que este já possuía diagnóstico e encaminhamento para sala de recursos, observou os avanços do

aluno como significativos, principalmente no que diz respeito a socialização e relação com os colegas da turma e demais alunos da escola.

Para este aluno ainda não está sendo fornecido atendimento no contraturno por seu comprometimento e que aos poucos a introdução em sala de aula está ocorrendo, pois a atenção de interação é mínima podendo ser considerado uma construção diferenciada.

Ao ser questionada (SA) sobre sua percepção em relação a inclusão do aluno, responde “acredito que no caso de (A) sim, ele é uma criança esperta e cativante, que ganhou respeito e admiração de todos na escola, devido ao grande trabalho de socialização e integração que vem sendo desenvolvido na escola.”, destacando o quanto a inclusão pode ser positiva e necessário.

Outra professora entrevistada foi a professora do AEE (SR) que possui formação em pedagogia e pós-graduação em Habilidades e Competências, lecionou para o curso normal na cidade de Três Passos e atua área da educação especial. Em função da matrícula de (A) buscou estudar mais sobre autismo e transtorno do espectro autista, organizando na escola um grupo de apoio ao autismo.

A escola está circulando formações com práticas do grupo AMA proposto pela 36ª CRE encontro com intuito das escolas da rede estadual e as equipes da Coordenadoria de Educação com o objetivo de apresentar a experiência do projeto AMA: AUTO- MÚTUA-AJUDA, que já acontece em Porto Alegre. Uma experiência abraçada pela professora e psicóloga da escola estadual. Este Projeto tem sua proposta original organizada a partir da experiência em Trento, na Itália e interage com Ijuí desde 2005 quando um grupo de Ijuí, participaram de um curso para sensibilização e mutualidade no serviço “Saúde Mental”, em Trento.

Desta interação em 2008 criou-se em Ijuí a ASSAMI- Associação de Saúde Mental que integra usuários, familiares, profissionais, amigos e apoiadores da comunidade no protagonismo da saúde mental. Estas reuniões

acontecem na escola com grupos de professores e apoiadores juntamente com as famílias.

Sendo pensada um grupo de autismo dentro da proposta do grupo AMA que está se fortalecendo acontecendo na casa AMA de Ijuí uma vez por mês com palestra e relatos das famílias. Esta iniciativa buscou otimizar o conhecimento frente ao autismo que fortaleceu o laço afetivo da família e da escola sendo fundamental na construção da inclusão.

O papel do professor que trabalha no atendimento educacional especializado precisa ser um profissional que busca conhecer e respeitar o ritmo dos alunos e suas potencialidades. Nesta escola os encaminhamentos são feitos pela área da psicologia. A professora da sala de recurso pensa que nesta perspectiva é necessário acolher as demandas de avaliação dos professores e investigar a causa, pois muitas vezes acaba sendo emocional e a queixa de que os alunos não aprendem é eminente para os educadores.

O público alvo da educação especial para frequentar a sala de recursos, está bem clara na resolução 4/2009. São os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e não os alunos com transtornos funcionais específicos, somente com dificuldade de aprender. É necessário ter uma deficiência associada.

Além do mais na busca de estabelecer um vínculo com (A) a professora da sala de recursos (SR) montou um trabalho de interação com ele, construindo aos poucos momentos de exploração sobre o assunto típico do autismo, sua forma de reagir a situações, contida nas trocas nos muitos lugares da escola. Em momentos no auditório, na pracinha, no bosque que é o refúgio do aluno, sala de espelho que possui um sentido do olhar para o outro hoje construído muito rapidamente.

O foco da socialização iniciou como referência a professora da sala de recursos (SR) por uma busca de referência do aluno junto à professora titular já que sentia uma certa diferenciação da professora do ano passado. Neste ano, foi

colocado como prioridade esta construção, pois se entende ser fundamental esta relação.

Nos discursos escolares sobre a mãe do aluno com autista é muito interessante, pois todas a vêem como alguém bem equilibrada, geralmente comentam “nossa como consegue”, “eu dificilmente conseguiria” marcando um olhar para a superação e aceitação, estando aberta ao dialogo. O trabalho elencado pelo gestor da escola junto com a professora do AEE em colocar as possibilidades e restrições do autismo para todos na escola desde o ensino médio a educação infantil fez a diferença na interação do espaço escolar e as relações construídas pelo aluno.

Em dezembro de 2012 surge a Lei nº 12.764 que institui a política nacional de proteção dos direitos da pessoa com TEA (Transtorno do Espectro Autista). Nesta lei, o autista é amparado e considerado pessoa com deficiência, portanto, amparada na constituição, velando os direitos de proteção, moradia e alimentação e o mais importante o acesso a ações de saúde incluindo avaliações e o atendimento multiprofissional.

Destaco que para este processo de inclusão do (A) estar dando certo tem a ver com o envolvimento da escola como um todo, podendo destacar que a gestão da mesma é vista como democrática, pois requer mais do que simples mudanças nas estruturas organizacionais, requer mudança de paradigmas que fundamentam a construção de uma proposta educacional e o desenvolvimento de uma gestão diferente da que hoje é vivenciada. Ela precisa estar para além dos padrões vigentes, comumente desenvolvidos pelas organizações burocráticas.

Portanto, pensar nos debates da escola inclusiva é buscar organizar-se de forma a elaborar conceitos e análises frente as políticas atuais. É necessário partir de orientações e encaminhamentos pretendendo determinar que é fundamental conhecer e não julgar, afinal é destas discussões que vem a pratica vivenciada neste período de estudos e debates, e assim, buscar conhecer as

possibilidades dos alunos com necessidades específicas e não fechar o que a limita, é este o fundamental trabalho do professor da sala de recurso.

#### REFERENCIA

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>

MANTOAN, Maria Teresa, e PRIETO, Rosângela Gavioli. Inclusão Escolar : pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.

SILVA, Larissa M. Gonçalves. EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO ESCOLAR SOB A PERSPECTIVA LEGAL. Universidade Federal de Uberlândia [http://cappf.org.br/tiki-download\\_wiki\\_attachment.php?attId=396](http://cappf.org.br/tiki-download_wiki_attachment.php?attId=396) acesso 4 de junho de 2014.

RODRIGUES, David. Dimensões do desenvolvimento profissional. Revista inclusão. Brasília MEC. Junho/outubro 2008. MEC: SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS. <http://www.mec.gov.br/> Autor: presidente da república – MEC ministério educação continuada. Acesso 23 de abril de 2014. 36

\_\_\_\_\_. RESOLUÇÃO Nº 4, DE 2 DE OUTUBRO DE 2009 <http://www.mec.gov.br/> Autor : presidente da república – MEC ministério educação continuada. Acesso 18 de maio de 2014.

\_\_\_\_\_. NOTA TÉCNICA Nº 002 / 2011 / MEC / SECADI / GAB <http://www.mec.gov.br/> Autor : presidente da república – MEC ministério educação continuada. Acesso 19 de maio de 2014.

\_\_\_\_\_. DECRETO 6.571, DE 17 DE SETEMBRO DE 2008  
<http://www.mec.gov.br/> Autor : presidente da republica – MEC ministério  
educação continuada. Acesso 29 de maio de 2014.

OLIVEIRA, João Ferreira, MORAES, Karine Nunes e DOURADO,  
Luiz Fernandes. Gestão escolar democrática: definições, princípios  
mecanismos de implementação. 2006. UFG.  
[http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes\\_pde/md\\_  
bene ditto\\_borges.pdf](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/md_benedito_borges.pdf). Acesso 1 ° de julho de 2014.



## REFERÊNCIAS

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE). Disponível em: <http://elaineaee.blogspot.com.br/2011/10/atendimento-educacional-especializado.html>

A Educação Especial no Brasil, texto de estudo do curso EAD de Formação de Professores para o Atendimento Educacional Especializado de Alunos com Deficiência Visual na Educação Básica – UFSCAR, janeiro de 2013.

Bibliografia do texto da UFSCAR:

Brasil. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC/SEESP, 2001<sup>a</sup>

FERREIRA, J.R. A exclusão da diferença: a educação do portador de deficiência. 2.ed. Piracicaba: Editora da UNIMEP, 1994

JANNUZZI, G.S.M. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. Autores associados, 2004.

MARCHESI, A. A prática das escolas inclusivas. In: COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J.(Orgs.), Desenvolvimento Psicológico e Educação: Transtornos do Desenvolvimento e necessidades educativas especiais. 2. ed. Porto Alegre, Artmed, 2004. p. 31-50.

MENDES, E.G. Deficiência Mental: a construção científica de um conceito e a realidade educacional. 1995. f. 240. Tese de Doutorado em Psicologia Experimental. Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995.

MENDES, E.G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v.11, n.33, p.387-405, 2006

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO. Disponível em: <http://aeesaladerecursos.blogspot.com.br/2013/01/historia-da-educacao->



ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE). Disponível em:

<https://www.cursosgratisonline.com.br/curso/apostila/c9491b1787c4564be99725031182f89058e256ccf4091.pdf>

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96).

Ministério da Educação, 1996. BRASIL. Decreto nº 6571. Brasília, 2008.

BRASIL. Diretrizes Operacionais do Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, 2009.

DARCY, Raíça; PRIOSTE, Cláudia; MACHADO, Maria Luisa Gomes. 10 questões sobre a educação inclusiva da pessoa com deficiência mental. São Paulo: Avercamp, 2006.

GOFFREDO, Vera Flor Sénechal, Fundamentos de Educação Especial. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2007.

As várias formas de aplicação do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Disponível em:

<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/idiomas/as-varias-formas-de-aplicacao-do-atendimento-educacional-especializado-ae/43051>

DIRETRIZES OPERACIONAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA EDUCAÇÃO BÁSICA. Disponível em:

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=428-diretrizes-publicacao&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=428-diretrizes-publicacao&Itemid=30192)

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MÉTODOS E TÉCNICAS DE ENSINO. Disponível em:

[http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4279/3/MD\\_EDUMTE\\_VII\\_2014\\_7.pdf](http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4279/3/MD_EDUMTE_VII_2014_7.pdf)

Tipos de deficiência. Disponível em:  
<http://www.brasil.gov.br/saude/2012/04/tipos-de-deficiencia>

Educando para a cidadania: inclusão em sala de aula. Disponível em:  
<http://educacao.faber-castell.com.br/professores/na-sala-de-aula/educando-para-a-cidadania-inclusao-em-sala-de-aula/>

Deficiência Intelectual: principais características, sintomas e tratamento. Disponível em: <https://www.vittude.com/blog/deficiencia-intelectual-caracteristicas-sintomas/>

Como incluir alunos com deficiência intelectual na sala de aula? Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/blogs/inclusilhado/como-incluir-alunos-com-deficiencia-intelectual-na-sala-de-aula/>

Atividades adaptadas para alunos com deficiência intelectual. Disponível em:  
<https://www.reab.me/atividades-adaptadas-para-alunos-com-deficiencia-intelectual-janeiroreab/>

Educação escolar de deficientes mentais: problemas para a pesquisa e o desenvolvimento. Disponível em:  
<http://www.lite.fe.unicamp.br/cursos/nt/ta1.1.htm>

Como lidar com o TGD na escola? (Transtornos Globais do Desenvolvimento) Disponível em: <https://neurosaber.com.br/como-lidar-com-o-tgd-na-escola-transtornos-globais-do-desenvolvimento/>

Como identificar e estimular uma criança com altas habilidades? Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/tv/materias/PARTICIPACAO-POPULAR/478562-COMO-IDENTIFICAR-E-ESTIMULAR-UMA-CRIANCA-COM-ALTAS-HABILIDADES.html>

Sala de Recursos multifuncionais e a formação docente: Um estudo a partir das escolas públicas de Porto Velho/RO Disponível em: <http://www.porsinal.pt/index.php?ps=artigos&idt=artc&cat=24&idart=314>

TRABALHO E FORMAÇÃO DOCENTE PARA O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/jornada/jornada11/artigos/6/artigo\\_simposio\\_6\\_854\\_elianebrunetto@gmail.com.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada11/artigos/6/artigo_simposio_6_854_elianebrunetto@gmail.com.pdf)

A INCLUSÃO ESCOLAR ATRAVÉS DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO. Disponível em: [https://biblioteca.unilasalle.edu.br/docs\\_online/tcc/graduacao/psicopedagogia/2014/aghoernig.pdf](https://biblioteca.unilasalle.edu.br/docs_online/tcc/graduacao/psicopedagogia/2014/aghoernig.pdf)

Atendimento Educacional Especializado: Relato de experiência de um aluno com Autismo. Disponível em: <http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/2747/tcc%20Gisele%20Pedagogia.pdf?sequence=1>



## NÃO DEIXE DE SOLICITAR O SEU CERTIFICADO!!

Solicite agora mesmo seu certificado de **120 Horas** (no link abaixo)

[\[Clique aqui para solicitar certificado\]](#)



Veja um modelo do certificado!

